



RELAÓRIO TRIENAL DE ACTIVIDADES DA ACOORD-2020 a 2022



Figura 1 Governo Local, Comunidades Locais, Sociedade Civil e Sasol na primeira reunião de Comité de Parceria do ano 2022

ESTRUTURA DO DOCUMENTO

0. SIGLAS E AREVIATURA.....	PAG 03
1. INTRODUÇÃO.....	PAG 05
2. SUMÁRIO.....	PAG 05
3. ACTIVIDADES PLANIFICADAS.....	PAG 07
4. ACTIVIDADES PLANIFICADAS E REALIZADAS.....	PAG
08	
5. PARTICIPAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS.....	PAG 53
6. CONTRIBUIÇÃO DO GOVERNO.....	PAG 54
7. DIFICULDADES/CONSTRANGIMENTOS.....	PAG 54
8. RESULTADOS.....	PAG 55
9. IMPACTO DO PROJECTO.....	PAG
55	
10. DESAFIOS.....	PAG 56
11. RECOMENDAÇÕES	PAG 56

0. SIGLAS E ABREVIATURAS

- ACOORD-** Associação de Cooperação para o Desenvolvimento
- ACUDES-** Associação Cultural para o Desenvolvimento Económico e Social
- ADL-** Acordo de Desenvolvimento Local
- AJEPROJ-** Associação Juvenil para a Promoção e Educação da Juventude
- ADELMA-** Associação para o Desenvolvimento Local de Mabote
- ASSAMA-** Associação Amigos de Meio Ambiente
- ADEGO-** Associação para o Desenvolvimento de Govuro
- AJUDECI-** Associação Juvenil, Desportiva e Cultural de Inhassoro
- AJONARI-** Associação Juvenil dos Naturais e Residentes de Inhassoro
- ANAI-** Associação dos Naturais e Amigos de Inhassoro
- AMOPi-** Associação Moçambicana dos Pescadores de Inhassoro
- AMA-** Associação Amigos de Ambiente
- APN-** Ajuda Popular da Noruega
- API-** Assembleia Provincial de Inhambane
- CDD-** Centro para Democracia e Desenvolvimento
- CDCM-** Comité de Desenvolvimento Comunitário de Maimelane
- CDI-** Comissão Desportiva de Inhassoro
- CDJ-** Conselho Distrital da Juventude
- CIP-** Centro de Integridade Pública
- CEDES-** Comité Ecuménico para o Desenvolvimento Económico e Social
- CTV-** Centro Terra Viva
- DESACRA-** Defesa da Saúde da Criança e da Rapariga
- FDS-** Forças de Defesa e Segurança
- FOSCI-** Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Inhassoro

FOPROI- Fórum Provincial de Organizações de Inhambane

OCB- Organizações Comunitárias de Base

OJM- Organização da Juventude Moçambicana

OGE- Orçamento Geral do Estado

PT- Polícia de Trânsito

SACUIRO- Sociedade Artística e Cultural de Inhassoro

SDAE- Serviços Distritais de Actividades Económicas

SDSMAS- Serviços Distritais de Saúde Mulher e Accção Social

SISE- Serviços de Informação e Segurança de Estado

SP- Secretário Permanente

RCI- Rádio Comunitária de Inhassoro

TIPS - Towards Inclusive Peaceful Society

UNAC- União Nacional de Camponeses

UPCI- União Provincial de Camponeses de Inhambane

UDAJA- União Distrital de Associações de Jangamo

IE- Indústria Extractiva

OfD- Oil for Development

ORM- Ocean Revolution Mozambique

WWF- Fundo Mundial para a Natureza

1. INTRODUÇÃO

O documento em causa descreve com detalhes aquilo que foi as actividades realizadas ao longo de três anos, isto é de 2020 a 2022. É o relatório final da segunda fase do projecto Oil for Development-OfD, e primeiro ano do projecto Peace Building implementado pela ACOORD, em parceria com Ajuda Popular da Noruega-APN e Centro de Integridade Pública-CIP respectivamente.

O projecto foi implementado no distrito de Inhassoro na localidade de Maimelane, porém algumas acções tiveram uma abrangência de âmbito distrital e outras de nível provincial.

A segunda fase do projecto iniciou com muitos constrangimentos devido a eclosão do coronavírus na China e que alastrou-se por todo mundo incluindo Moçambique, originando uma doença respiratória denominada COVID 19.

Por conta desse facto, o governo de Moçambique decretou o estado de emergência, no mês de Março de 2020 que durou cerca de 2 anos. As restrições impostas pelo decreto presidencial tiveram impacto na implementação das actividades, pois de certa maneira limitamos o número de participantes nas em algumas sessões de acordo com o limite imposto pelo decreto presidencial na altura.

Dois anos depois, portanto em 2022 a situação voltou a normalidade e as actividades continuaram segundo os planos traçados.

No documento estão descritas de forma criteriosa as actividades que a ACOORD no âmbito deste projecto em alusão, desenvolveu nos três anos no distrito de Inhassoro. Trazemos no documento os passos que foram seguidos na execução das actividades, o grupo alvo, número de beneficiários, metodologias usadas e mais.

2. SUMÁRIO

O início da segunda fase do projecto OfD coincide felizmente com o período em que foi assinado o Acordo de Desenvolvimento Comunitário- ADL entre a Sasol, Comunidades Locais e o Governo Local. Esse foi um resultado muito importante que ocorreu após cerca de 4 anos de implementação da primeira da fase do projecto OfD.

O alcance deste resultado foi fruto de muito trabalho de pressões exercidas a vários níveis sobre a Sasol, nomeadamente pelas comunidades locais, Sociedade Civil, pelo Governo do Distrito de Inhassoro e da Província de

Inhambane, nas pessoas da Excelentíssima senhora Administradora Dulce Canhamba e Sua Excia Governador Daniel Tchapo.

As intervenções da ACOORD no distrito de Inhassoro, em parceria com a APN e CIP tinha como um dos principais objectivo contribuir para que as comunidades locais tenham uma compensação justa decorrente da exploração de gás natural em seu território. Portanto com assinatura deste acordo de desenvolvimento local-ADL, achamos nós que estava dado um passo muito importante para que a Sasol pudesse de facto cumprir com responsabilidade os seus deveres diante das comunidades locais de Temane, facto que não era bem notório desde o início das suas operações naquela parcela da província de Inhambane desde 2004.

Com assinatura do acordo, todas as atenções da ACOORD, dos seus parceiros, da Sociedade Civil de Inhassoro, e até do Governo do distrito, foi de monitorar a implementação do acordo como um contributo para garantir que não houvesse muitos atropelos ao mesmo, e que as comunidades locais e o distrito de Inhassoro no geral tirasse o máximo proveito possível do mesmo.

Tivemos ao longo dos três anos colaboração com outros parceiros que também se interessaram em apoiar a causa da ACOORD no sector de indústria extrativa, como e o caso do Centro para democracia e Desenvolvimento-CDD, OXFAM e a WWF. Os parceiros em alusão, não financiaram um projecto, mas apoiaram a realização de algumas actividades concretas e de curta duração.

Durante este período, foram capacitadas as comunidades e a sociedade civil do distrito de Inhassoro, para que participassem activamente na monitoria seja do ADL e dos fundos de 2,75%, gerando mais benefícios para as comunidades locais. Também capacitamos os jornalistas das rádios comunitárias de Inhassoro e Vilankulo, para que pudessem estar a altura de produzir matérias noticiosa sobre a indústria extrativa no distrito.

Neste período, o processo de advocacia tornou-se um pouco mais forte quando a ACOORD filiou-se a Plataforma de Industria Extractiva, um fórum de âmbito nacional em que varias organizações da Sociedade Civil que tem intervenções no sector da Industria Extractiva fazem parte. E por sermos membros desta plataforma de nível nacional, lideramos a criação do Núcleo Provincial da Industria Extractiva e Ambiente de Inhambane, na qual somos o Secretariado do mesmo.

Foram realizadas inúmeras sessões do Comité de Parceria, onde a Sasol prestou contas sobre a implementação do ADL, e outras sessões em que o governo local também prestava contas sobre a aplicação do fundo dos 2,75%, nas quais tivemos a oportunidade de participar como sociedade civil.

Apoiamos o Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Inhassoro-FOSCI a exercer lobby enquanto uma entidade da sociedade civil, a participar em principais fóruns de tomada de decisão, com enfoque ao **comité de parceria**.

A ACOORD, a comunidade local representada pelo CDCM, a Sociedade civil local representada pelo secretariado do FOSCI, participaram em cerca de 6 reuniões do Comité de Parceria do ADL para discutir assuntos relacionando com a implementação do mesmo. Apoiamos a realização de observatório de Desenvolvimento do distrito de Inhassoro, um mecanismo de consulta e monitoria muito importante adoptada pelo Governo.

No igual período, realizamos uma conferência de emprego, na qual os jovens, as comunidades locais apelaram a Sasol sobre a necessidade dela prestar mais atenção ao apoio as iniciativas locais de geração de emprego, incentivando o empreendedorismo. Também realizamos em parceria com o Governo local uma verificação física no terreno dos projectos financiados pelos 2,75%, os quais foram documentados. Por ultimo realizamos um acampamento de reflexão sobre os conflitos derivados pela exploração de recursos naturais.

3. ACTIVIDADES PLANIFICADAS

- a) Divulgar os cronogramas anuais de actividades do ADL a nível das comunidades;
- b) Contribuir na Implementação de Medidas de mitigação do Covid-19;
- c) Realizar a Assembleia Constituinte da Plataforma Provincial da IE de Inhambane;
- d) Elaborar com a participação de todos membros do Núcleo Provincial de Industria Extractiva e Ambiente de Inhambane, um posicionamento sobre as lacunas contidas no ADL e submeter a SASOL;
- e) Realizar uma reunião do Núcleo Provincial de IE e Ambiente, para criar os grupos temáticos, eleger os membros do Comité de Coordenação Provincial e Nacional;
- f) Apoiar os membros do CDCM e do Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Inhassoro a participar nas reuniões de monitoria do ADL;
- g) Em parceria com a PANOS, realizar um Workshop para capacitar os jornalistas da Rádio Comunitária de Inhassoro em matéria de Indústria Extractiva;
- h) Monitorar a implementação do ADL;
- i) Elaborar o Índice de transparência na indústria extractiva;
- j) Realizar uma reunião com Assembleia Provincial de Inhambane;
- k) Realizar uma conferência sobre emprego e alternativas de autoemprego para jovens de Govuro e Inhassoro afectados pelo projecto de Gás de Pande e Temane;
- l) Seguimento das decisões tomadas na conferência de jovens sobre oportunidade de autoemprego;

- m) Realizar um workshop em parceria com o Fórum mulher, intitulado Woman Can Do It;
- n) Capacitar, os membros do CDCM, Jovens e Mulheres em matéria de elaboração de plano de negócios para concorrer aos fundos do ADL;
- o) Capacitar as organizações da Sociedade civil, CDCM, Associações Juvenis em matéria de advocacia e lobby;
- p) Realizar uma conferência sobre mecanismos de Compensação e Benefícios às Comunidades que Hospedam os Projectos do Sector Extractivo;
- q) Realizar a monitoria dos fundos da COVID 19;
- r) Participar da Reunião entre a Sociedade Civil de Inhassoro e o Governo Provincial de Inhambane;
- s) Assessorar ao CDCM, no seguimento dos casos de reassentamento às famílias de Mangungumete afectadas pela conduta de água da SASOL, e a construção de Central Eléctrica de Temane;
- t) Realizar um acampamento de reflexão sobre mecanismos de mitigação e mediação de conflitos no âmbito de exploração de gás de Temane;
- u) Apoiar a realização do primeiro Observatório de Desenvolvimento do distrito de Inhassoro;

4. ACTIVIDADES REALIZADAS

a) Divulgar os cronogramas anuais de actividades do ADL a nível das comunidades;

A acção de divulgação dos cronogramas anuais de actividade do ADL a nível das comunidades de Inhassoro se enquadra nas acções de monitoria de implementação do ADL. Como é sabido, a Sasol, Governo de Inhassoro e as comunidades abrangidas pela exploração de gás de Temane, assinaram em Outubro de 2019 um acordo de desenvolvimento local-ADL.

O ADL tem a duração de 5 anos, sendo que a sua implementação iniciou em 2020. Para ACOORD e a Sociedade Civil local, não bastou a assinatura do acordo, mas sim era necessário que se desencadeasse acções de monitoria para garantir que o mesmo fosse implementado conforme previsto, e que trouxesse impacto positivo na vida das comunidades locais.

Uma das formas de monitorar a implementação do acordo, era garantir que as comunidades locais tivessem conhecimento pleno do cronograma de actividade a ser implementada em cada ano. É com este pressuposto que a ACOORD tomou a iniciativa de anualmente, isto é, no início de cada ano divulgar a nível das comunidades locais o cronograma de actividade, logo que o mesmo fosse anunciado pela Sasol nas sessões do Comité de Parceria.

Este processo aconteceu nos três últimos anos, abrangendo 5 comunidades beneficiárias do acordo.

As estratégias de divulgação foram um pouco distintas em cada ano. No primeiro ano a ACOORD realizou a actividade de forma directa; em 2021 e 2022 contou com a colaboração do Comité de Desenvolvimento Comunitário de Maimelane-CDCM. Nos dois últimos anos, coube a ACOORD apenas disponibilizar os recursos para que a actividade fosse realizada e o CDCM executou a actividade no terreno.

Ao longo dos três anos, participaram de forma acumulada 126 pessoas das quais 76 mulheres e 25 jovens.

As equipas deslocaram-se para cada uma das 5 comunidades, onde reuniram com a população local.

Como forma de deixar as comunidades beneficiárias mais esclarecidas sobre o que vai acontecer, produzimos uma síntese do documento e distribuímos pelas comunidades.

No documento produzido, estão bem vinculadas as áreas que serão financiadas, os tipos de projectos, os órgãos e mecanismos de gestão do ADL, a responsabilidade entre as partes. O que sempre deixou preocupação e ausência dos valores a serem investidos em cada projecto, facto que sempre dificultou fazer o juízo das despesas.

Sempre foi nossa intensão apresentar o plano quinquenal, mas este nunca esteve disponível, pois simplesmente a SASOL apresentava o cronograma do ano em causa.

b) Contribuir na Implementação de Medidas de mitigação do Covid-19

A ACOORD não ficou alheia a implementação de medidas de mitigação da Covid-19, tendo na sequência em parceria com a APN convertido algumas actividades inicialmente planificadas para dá lugar a esta. Foi replanificado para este período a implementação de algumas medidas de mitigação no distrito de Inhassoro.

Nesta actividade, foram adquiridos reservatórios de 500L, 250L, caixas de sabão comum, álcool em gel e mascaras.

Os reservatórios de água de 500 litros foram alocados em locais como mercado local de Inhassoro, Maimelane, Mangungumete e Vulcanjane; os reservatórios de água de 250 litros foram alocados nas escolas, centros de saúde, sede das localidades, cadeia distrital e instituições públicas locais; o sabão acompanhava os reservatórios nos locais públicos e o álcool em gel foi alocado em algumas instituições públicas.

As máscaras, foram distribuídas nos mercados de Inhassoro sede e Vulcanjane.

Esta actividade foi realizada em colaboração com o Governo local de Inhassoro, sendo que após a aquisição e transporte até ao distrito de Inhassoro, os mesmos foram entregues ao Governo, que se responsabilizou pela distribuição aos locais previamente identificados.

No acto da entrega dos materiais, esteve presente todo o Governo local, que no momento estava representado pelo Secretário Permanente, Diretores de todos os serviços distritais, Comandante da Polícia local, Conservador e outras individualidades influentes do distrito.

Após a distribuição dos materiais pelos locais alvos, o governo local partilhou a lista de distribuição dos mesmos assim como o número de beneficiários atingidos.

Estes materiais beneficiaram um pouco por todo o distrito de Inhassoro e atingiu 24435 pessoas das quais 14661 mulheres.

c) Realizar a Assembleia Constituinte da Plataforma Provincial sobre a Indústria Extractiva e meio ambiente de Inhambane

Em parceria com a APN e WWF constituímos o Núcleo Provincial de Indústria Extractiva e meio Ambiente. A realização da assembleia constituinte foi antecedida pelo mapeamento de Organizações da Sociedade Civil, que trabalham nestes sectores a nível da província de Inhambane.

Do mapeamento realizado, foram contactadas 27 Organizações da Sociedade Civil em toda a província de Inhambane, isto é, a nível dos 14 distritos da província. Destas organizações 14 apresentam o perfil ideal para a constituição do Núcleo Provincial da Indústria Extractiva e Meio Ambiente. Foi endereçado o convite para estas organizações para fazer parte do movimento e todas elas deram uma resposta favorável ao assunto. Foram envolvidas neste trabalho 52 pessoas das quais 14 mulheres, sendo representantes das OSC, representantes das Plataformas Distritais e Governantes nos distritos.

O Mapeamento foi realizado distrito em distrito, a equipe envolvida na actividade teve que se deslocar para todos os distritos da Província. A nível dos distritos, foram contactados autoridades do distrito (Secretaria distrital, Serviços Distritais de Actividade Económica e os Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas), as plataformas distritais da Sociedade Civil assim como as respetivas associações.

Em Outubro de 2020, realizou-se a Assembleia-geral constituinte do núcleo sobre a Indústria Extractiva e Ambiente de Inhambane. Na reunião, participaram um total de 21 instituições dentre elas, governamentais e não-governamentais.

Estiveram presentes as 15 organizações identificadas a quando do mapeamento para que criassem o núcleo de Inhambane, os nossos parceiros da Plataforma da Indústria Extrativa nomeadamente a CIP, CDD, AMA e WWF na qualidade do secretariado da Plataforma, o Governador Provincial de Inhambane, Serviços Provinciais de Planeamento e Infraestruturas e Assembleia Provincial de Inhambane.

Durante a reunião, foram apresentados temas relevantes sobre o sector extractivo em Moçambique pelos parceiros da PIE, pela ACOORD, como forma de fazer uma radiografia do sector extractivo no país e na Província de Inhambane em particular; fez-se a contextualização da PIE e o Núcleo da Indústria Extrativa de Inhambane; assim como a divulgação de estudos feitos relacionados com o sector da IE.

Foi divulgado o oitavo relatório do de ITIEM; assim como foi feita uma análise crítica do mesmo.

No fim dos trabalhos, foi feita a apresentação do relatório do mapeamento das OSC que trabalham no sector, realizado nos distritos, resultados encontrados e seus constrangimentos. Finalmente para encerrar as actividades, foi assinado um termo de Adesão colectiva das 15 OSC de Inhambane que estavam presentes no evento.

Neste momento são membros do núcleo de Inhambane a **ACOORD baseada em Inhassoro; ACUDES baseada na cidade de Inhambane, AJUDECI baseada em Inhassoro; ASSAMA baseada em Vilankulo; AJUPROJ baseada em Funhaloro, ADELMA Baseada em Mabote; ADEGO baseada em Govuro; CDCM Baseada em Inhassoro, Moz-Verde baseada em Maxixe; Ocean Revolution Moçambique baseada na cidade de Inhambane; Associação Megafauna baseada na cidade de Inhambane; Bitonga Divers baseada na cidade de Inhambane; Pik-Pik baseada em Panda e UDAJA de Jangamo**. Espera-se que com o tempo, mais OSC de Inhambane que se identificarem com a causa possam se filiar.

d) Elaborar com a participação de todos membros do Núcleo Provincial de Indústria Extractiva e Ambiente de Inhambane, um posicionamento sobre as lacunas contidas no ADL e submeter a SASOL

Após a assinatura do ADL em 2019, a ACOORD teve acesso ao documento, tendo na sequência lido com detalhes para se informar melhor do conteúdo.

Durante a apreciação do documento foram constatadas algumas lacunas que na nossa opinião mereciam um tratamento urgente para não frustrar mais uma vez as expectativas das comunidades locais, a semelhança do que aconteceu aquando das consultas comunitárias em 2004.

A preocupação em relação as lacunas contidas no documento do ADL, levaram a que se agendasse uma reunião dos membros do Núcleo da Indústria Extrativa e Ambiente de Inhambane, para que juntos apreciássemos o

documento, para que de forma colectiva reverificássemos as lacunas e fazer um posicionamento sobre as mesmas.

Para o efeito em 2020 foi realizado um encontro na cidade de Inhambane, que contou com a participação de todos os 15 membros do núcleo. Em conjunto apreciamos o ADL de Inhassoro e de facto constatou-se que existiam algumas lacunas detetadas pela ACOORD, que foram classificadas de carácter urgente para sua intervenção, pois podiam perigar o alcance dos objectivos que se esperavam.

As principais lacunas constatadas na altura são:

- Não existia uma clareza sobre o montante real que será aplicado no acordo, pois o acordo apenas faz referência de que “o montante máximo de investimento a realizar durante o termo do presente ADL, não pode exceder o valor de 10 milhões de dólares Norte Americanos ou equivalente”;
- O acordo não fazia referência a um grande problema criado pela SASOL, que foi de deslocar certas famílias, e que foram mal reassentadas;
- O Acordo de Desenvolvimento Local assinado previa a constituição de uma “Equipe de Execução”, que será constituída única e exclusivamente por funcionários da SASOL. Esta equipa seria responsável em elaborar o plano quinquenal, planos anuais, desenhar vários termos de referências para contratação de vários serviços, contratação de **Parceiros Especializados**. Antes de implementação de qualquer acção, esta equipe teria a responsabilidade de produzir e submeter ao Comité de Parceria propostas para apreciação e aprovação. Portanto quando uma determinada proposta for chumbada por duas vezes pelo Comité de Parceria, a Equipa de Execução teria a prerrogativa de avançar com a implementação, mesmo que estas não tenham sido aprovadas por este órgão;
- Passados cerca de 1 ano após a assinatura do acordo, ainda não estava disponível o plano quinquenal, ferramenta indispensável para a implementação e monitoria dos acordos;
- Várias empresas e serviços serão contratados para fazer face ao ADL, contudo não existia uma clareza sobre que percentagem será direccionada ao investimento directo as comunidades locais, e a que será para cobrir outras despesas;
- Não foi possível encontrar no documento um espaço previsto para a participação das Organizações da Sociedade Civil, seja durante a planificação ou na monitoria do Acordo do Desenvolvimento Local.

Após a leitura e verificação conjunta dos aspectos negativos, foi produzido um de posição em relação ao assunto pela sociedade civil, e que foi apoiado por todos membros do **Núcleo de Indústria Extractiva e Ambiente de Inhambane**. O documento foi suportado pelos Logotipo de todas as organizações membros do núcleo e submetido a Sasol com o conhecimento da sua Excia Governador Provincial de Inhambane, Sua Excia Secretária do

Estado, Assembleia Provincial de Inhambane, Excelentíssima Senhora Administradora do distrito de Inhassoro.

Queremos acreditar que a accção esta surtir efeito, pois hoje em dia algumas inquietações foram revistas e consideradas pela Sasol e Governo local. A título de exemplo a Sociedade Civil local, a ACOORD, já são convidados as sessões com comité de parceria. O CDCM, uma entidade baseada na comunidade de Mangungumete tem seus representantes como membro do comité de parceria e comissão de emprego.

Atrasou-se com a disponibilização de informações sobre o cronograma de actividade do primeiro ano, porém a partir do segundo ano até aos dias de hoje este instrumento tem sido partilhado sempre no primeiro trimestre de cada ano.

Infelizmente ainda persistem alguns desafios, que tem a ver com a clareza sobre o orçamento global do ADL, e esperamos que a batalha continue com o FOSCI e outras organizações locais.

e) Realizar uma reunião do Núcleo Provincial de IE e Ambiente para criar os grupos temáticos, eleger os membros do Comité de Coordenação Provincial e Nacional

Em 2020, foi criado o Núcleo Provincial de Inhambane sobre a Indústria Extractiva e Ambiente, constituído por 16 organizações da Sociedade Civil que operam a nível desta província nas áreas em alusão. Nesse período, apenas foi criado o núcleo através da assinatura de um termo de adesão colectiva, que teve a facilitação da ACOORD e o Secretariado da Plataforma Nacional sobre a Indústria Extractiva. Nessa altura não houve espaço para que fossem criados grupos temáticos, razão pela qual esta actividade foi deixada para outra oportunidade.

Deste modo a 4 Abril de 2021, com apoio financeiro da APN, a ACOORD na qualidade do secretariado do Núcleo Provincial, convidou os membros a se reunirem para a criação dos grupos temáticos, eleição dos seus líderes e a eleição da segunda organização a se juntar à ACOORD para representar o núcleo de Inhambane na PIE. A reunião contou com a presença de 20 pessoas, das quais 1 representante de cada membros do núcleo e convidados de outras OSC que não são membros do núcleo, nomeadamente da Malhahle e KULIMA Inhambane. Deste número 2 foram mulheres e 18 homens.

Da reunião foram eleitos três líderes dos grupos temáticos, nomeadamente a Associação Megafauna Marinha para liderar o grupo temático sobre Conservação da Biodiversidade Marinha; ACOORD para liderar a Indústria Extractiva e ADELMA para liderar a grupo sobre Gestão de Recursos Florestais.

De referir que foi um processo democrático, em que cada organização manifestou de livre vontade a necessidade de se candidatar para grupo temático, e a votação também foi livre justa e transparente.

Como fruto do processo, foram formados três grupos temáticos com seus respectivos líderes e constituídos da seguinte forma:

- **Conservação da Biodiversidade Marinha** – o grupo é liderado pela Associação Megafauna Marinha, para além desta tem outros membros nomeadamente, a Ocean Revolution Moçambique, Bitonga Divers e ASSAMA.
- **Gestão de Recursos Florestais**- o grupo é liderado pela ADELMA, porém tem também como membros a AJEPROJ, Moz Verde e ADEGO.
- **Indústria Extractiva**- este grupo é liderado pela ACOORD, e tem como outros membros o CDCM, AJUDECI, ACUDES, UPCI e UDAJA.

E porque a ACOORD já era membro do comité de coordenação nacional da PIE, houve necessidade de se eleger a segunda OSC para se juntar a ACOORD, e juntas representarem a província de Inhambane.

Na eleição da segunda OSC, apenas concorreram 3 organizações, nomeadamente a Ocean Revolution Moçambique, ACUDES e ADEGO. Deste processo ganhou com uma larga margem a Ocean Revolution Moçambique. Assim sendo, são membros do Comité de Coordenação Nacional da PIE a **ACOORD e Ocean Revolution Moçambique**

f) Apoiar os membros do CDCM e da Plataforma Distrital da Sociedade civil a participar nas reuniões de monitoria do ADL

Depois de tantas batalhas por ver representada a sociedade civil, no maior órgão do ADL “**Comité de Parceria**”, a sociedade civil optou por criar mecanismos de loby e advogar para que seja permitida a sua participação nas reuniões de Comité de Parceria. A ideia inicial não era de ser membro do comité de parceria mas sim como convidado, para que, por via da sua participação, poder influenciar aos membros do comité de parceria, melhorassem alguns aspectos do acordo assim como considerar algumas questões que não estavam inicialmente previstas sempre em defesa das comunidades locais.

Como resultados de acções de loby junto de representantes da Sasol e do Governo local, foi aberto uma oportunidade para que o fórum das organizações da Sociedade civil de Inhassoro-FOSCI e outras organizações de base comunitária como o caso de Comité do Desenvolvimento Comunitário de Maimelane-CDCM incluindo a ACOORD passaram a ser convidadas para participar das reuniões do **Comité de Parceria** do ADL. Por via desta

oportunidade os mesmos participaram em mais de 8 reuniões do Comité de Parceria, realizadas em 2021 e 2022.

Todas as reuniões foram realizadas na sede do distrito de Inhassoro, no Hotel Seta. Para os membros do CDCM vindo das comunidades, a ACOORD inicialmente apoiou em transporte, até que passara a se beneficiar do transporte providenciado pela organização do evento.

A media de participantes por reunião rondou aos 50 elementos das quais, gestores e técnicos da Sasol, Governo distrital, representante das comunidades, representantes da GIZ e SNV, membros das organizações da Sociedade Civil de Inhassoro.

A sociedade civil esteve representada em media por 6 pessoas dentre eles estava o Coordenador e técnicos do FOSCI, Presidente da Mesa da Assembleia Geral e o Conselheiro do CDCM e Presidente da mesa da assembleia geral do CDCM e técnicos da ACOORD.

Durante as apresentações feitas nas reuniões, pela GIZ e SNV como parceiros especializados da Sasol na implementação de Desenvolvimento Económico e água e saneamento respetivamente, foram partilhado planos e algumas realizações que pudemos destacar:

- ☐ Reparação de furos e sistemas;
- ☐ Construção de novos furos e sistemas;
- ☐ Construção de sanitários;
- ☐ Capacitação da comunidade e governo;

Realizaram formações as comunidades sobre:

- ☐ Empreendedorismo;
- ☐ Agricultura;
- ☐ Produção de frangos;
- ☐ Produção de ovos;
- ☐ Produção de ananás;
- ☐ Acesso a energia;

Até aos dias de hoje ainda não são bem visíveis no terreno acções concretas sobre a implementação de acções que ajudem as comunidades a gerar uma renda, como o caso da Avicultura, agricultura, comércio e mais. Contudo esperamos que em 2023 seja diferente e que inicie-se com implementação de tais acções.

g) Em parceria com a PANOS, realizar um Workshop para capacitar os jornalistas da Rádio Comunitária de Inhassoro e Vilankulo em matérias de Indústria Extractiva

Em Abril de 2021 a ACOORD e o Instituto Panos, realizaram uma capacitação aos jornalistas das rádios comunitárias de Inhassoro e Vilankulo, em matéria da Indústria Extractiva, com maior destaque a monitoria do Acordo de Desenvolvimento Local-ADL, dos 2,75%, Género e participação.

Participaram deste evento 12 jornalistas, dos quais 8 do sexo masculino e 4 do sexo feminino, incluindo os respetivos delegados das rádios.

O treinamento foi realizado na Vila sede de Inhassoro, no Hotel Escola Estrela do Mar. Teve a duração de dois dias e contou com a facilitação da ACOORD e a Panos, sendo que a ACOORD abordou sobre ADL e a Panos sobre os 2,75%, Género e participação.

De forma geral pouco se sabia por parte dos jornalistas sobre o ADL por parte dos jornalistas, por isso consideraram-na bem-vinda para eles, e classificaram-na de extremamente útil para o contexto actual, principalmente do distrito de Inhassoro onde investimentos sociais, e investimentos dos 2,75% estão sendo realizados pela SASOL e pelo Governo Distrital respectivamente.

O objectivo principal desta capacitação foi de contribuir para que os programas interativos da rádio referentes a Indústria Extractiva sejam produzidos com qualidade, e que tragam mudanças na vida das comunidades.

Mas de forma específica, o seminário tinha em vista dotar os jornalistas das rádios comunitárias de conhecimentos sobre o ADL, 2,75% e integração de género e participação; Discutir sobre melhor abordagem para produção de programas de rádio de monitoria e advocacia; Integrar o género de forma transversal nas abordagens dos assuntos relativos aos 2,75% e ADL.

O primeiro dia de treinamento foi dedicado ao tema dos 2,75% e Integração de Género, que teve a facilitação do Instituto Panos Africa Austral- PANOS, e com uma participação da ACOORD.

Neste tema o treinamento esteve centrado na monitoria dos 2,75%, onde o facilitador falou das nuances em volta da gestão transparente deste fundo. Constatou-se que no passado a aplicação deste fundo não era do domínio do Governo local, ao que em algum momento aplicou-o em projectos não elegíveis, mas que com andar do tempo, as falhas no processo foram reduzindo e tornando-o melhor nos dias de hoje

Analysaram-se as causas em torno destes problemas, e concluiu-se que são várias, desde as prioridades estabelecidas na Circular Nr 1 MPD/MF/2013, falta de domínio sobre o mesmo; e funcionamento frágil dos conselhos consultivos a nível da base.

O treinamento teve muita incidência na circular, pois apesar da mesma não ser muito aplaudida pela Sociedade Civil, ela estabelece algumas balizas que no mínimo deveriam ser respeitadas pelos servidores públicos e pelas comunidades locais.

Com esta abordagem pretendia-se que os participantes tivessem informações básicas sobre o fundo dos 2,75%, com vista a produção de programas de rádio interativos com as comunidades e gestores públicos, mesmo para monitorar de forma participativa a aplicação deste fundo que anualmente as comunidades abrangidas pelo projecto de gás tem tido acesso.

Nesta sessão também foram apresentados exemplos de alguns projectos já desenvolvidos desde que iniciou a alocação deste fundo ao distrito de Inhassoro; algumas irregularidades neles cometidos, onde se citou inclusive a reabilitação da Rádio Comunitária de Inhassoro.

Apesar de ser um investimento de extrema importância e apoiado pelas comunidades, ele não se enquadra nas prioridades estabelecidas pela Circular. Referiu-se ainda que estava em curso um processo de advocacia a ser levado a cabo pela sociedade civil (PIE) para a revisão da circular, e se espera que a qualquer momento tenhamos a resposta favorável por parte do Governo Central.

Alguns resultados daquilo da advocacia exercida para a revisão da Circular que orienta a gestão do fundo dos 2,75%, começam a surgir, a título de exemplo a nova regulamentação orienta a canalização de 10% a Província dos quais 2,75% será canalizado as comunidades locais. Esperamos que o mesmo fundo seja gerido pelas próprias comunidades, mas que para o efeito elas devem ser bem capacitadas.

O segundo dia foi reservado ao tema do ADL, que foi facilitado pela ACOORD. Neste tema a intenção era de dar as linhas gerais estabelecidas no ADL aos agentes da mídia local, para que eles pudessem estar familiarizados, e por via disto produzirem programas de rádio interativas com as comunidades para de forma participativa se monitorar a execução do ADL.

Nesta sessão abordou-se sobre o conceito do ADL; analisou-se o contexto que originaram o ADL; os signatários; a estrutura, a governação, os beneficiários, as áreas de intervenção e a monitoria do mesmo.

Sendo que o ADL é um documento extenso, e que norteia as acções de responsabilidade social da SASOL para os próximos 5 anos, houve a necessidade de resumir o documento para que os participantes tivessem noção do acordo, porém com a disponibilização física do documento, eles poderão com vagar se informar mais sobre os conteúdos do acordo.

Informou-se aos participantes que o ADL tem como signatários a SASOL, Comunidades Locais e Governo do Distrito de Inhassoro, e tem a duração de cinco anos. Tem como áreas prioritárias o ***Investimento Social, Oportunidade de Emprego e Conteúdo Comunitário***. A sua governação será feita por um ***Comité de Parceria apoiada pelo seu Secretariado, Comissão Executiva e Comité Provincial de Supervisão***.

Para além destas estruturas estará presente em todas as sessões do Comité de Parceria, um ***Consultor de Integridade***. Para a operacionalização do ADL serão contratados ***parceiros especializados*** para lidar com algumas áreas específicas de intervenção sobretudo no sector de Investimento Social. Referiu-se que o financiador do ADL é a SASOL, que irá investir um valor ***não superior a 10 milhões de USD***, no intervalo de cinco anos.

A pesar de ser um acordo que se espera trazer algumas mudanças positivas na vida das comunidades, ele traz algumas notas negativas aos olhos da Sociedade Civil, que podem perigar o alcance dos almejados bons resultados.

Foram partilhados estes aspectos, para que os jornalistas estejam atentos, e que nos seus programas de rádio sejam considerados para melhor monitorar e informar as comunidades. São eles:

- ☐ Não há clareza sobre o valor a ser investido;
- ☐ Não há espaço aberto para a participação da Sociedade civil na monitoria do acordo;
- ☐ Excesso de poder que se dá a equipe Executiva, que é constituída excepcionalmente por funcionários da SASOL;
- ☐ A falta de clareza sobre como é que serão distribuídos os fundos, uma vez que existem despesas administrativas, despesas directas de investimentos, despesas com parceiros especializados e consultor de integridade;

Os jornalistas comprometeram-se em produzir programas de radio com conteúdos sobre indústria extrativa, buscar e divulgar notícias sobre o sector a nível do distrito.

Como resultado deste treinamento, vários são os programas que forma produzidos pelas rádios comunitárias a partir de 2021, alguns com apoiados diretamente pela Panos e ACOORD e outros da autoria das rádios sem a nossa intervenção.

h) Monitorar a implementação do ADL

Em seguimento a implementação dos ADL assinado em 2019, realizamos varias acções de monitoria ao longo dos três anos, das quais umas planificadas e outras não.

Das acções de monitoria previstas, temos a descartar as reuniões realizadas pelo Comité de Parceria ***com a participação de representantes da Sasol, Governo do Distrito e comunidades locais; as reuniões de comité de parceria com a participação da SASOL, Governo local, Comunidades locais, ACOORD, FOSCI; reuniões entre ACOORD com membros do Governo do distrito;***

A primeira acção de seguimento do ADL foi um encontro realizado em 2020 na cidade de Inhambane em que a SASOL foi convidada e se fez representada pelo seu Director para assuntos corporativos, fez nos saber que devido a pandemia da Covid 19 o seu plano ficou muito afectado, sendo que dedicaram tempo a questões internas, como a contratação de parceiros especializados, a criação do comité de parceria. Através do parceiro especializado SNV, e estava na altura em curso um levantamento nas comunidades para a produção dos planos.

Realizamos no mesmo ano de 2020, uma reunião com Excelentíssima Senhora Administradora do distrito de Inhassoro, outra com o Secretario Permanente distrital, onde conversamos dentre vários assuntos, também assunto referente ao ADL. Reunimos também com o presidente da Assembleia Provincial de Inhambane para colher sensibilidades destes sobre a implementação do ADL e influencia-los a pressionar o executivo provincial e do distrito, para que interaja com a Sasol por formas a persuadi-lo a ter outra dinâmica na implementação do ADL, assim como adopção de algumas acções que achávamos de grande impacto para as comunidades locais. Na altura iniciamos o debate sobre a necessidade de massificar actividades de geração de renda nas comunidades locais (***produção de frangos e ovos, horticultura, processamento e comercialização de mariscos***).

Em 2021 e 2022 vivemos uns momentos em que começamos a participar de reuniões do Comité de Parceria do ADL. Não só ACOORD passou a participar destes eventos, mas também o loby feito, também permitiu que mais elementos da comunidade local de Maimelane representada pelo CDCM também começasse a participar destes eventos, até que em 2022 foi declarada membro do Comité de Parceria. A estratégia de loby e advocacia também permitiu que o FOSCI também passasse a participar das reuniões do comité de parceria. Durante os anos de 2021 e 2022 participamos em cerca de 6 reuniões do comité de Parceria convidados pelo Governo do distrito, assim como fomos convidados a participar num evento nacional de anúncio de oportunidades para fornecedor (Conteúdo Comunitário) realizado pela Sasol no distrito de Inhassoro.

i) Elaborar o Índice de transparência na indústria extractiva

No âmbito da parceria com o CIP (Centro de Integridade Pública), a ACOORD em 2020 realizou nos distritos de Inhassoro e Govuro na Província de Inhambane um inquérito com vista a se estabelecer um ***Índice de Transparência da Indústria Extractiva*** referente ao projecto Gás de Pande e Temane, implementado pela Sasol.

A actividade foi realizada tendo como principal grupos alvo, a direcção da SASOL no CPF ou acampamento de Temane; Secretaria das localidades de Pande e Maimelane; Líderes comunitários das localidades abrangidas, organizações sociais de base comunitária e população no geral, residente nas comunidades afectadas pelo projecto de exploração de gás de Pande Temane.

Foram abrangidas seis comunidades sendo três da Localidade de Maimelane (Maimelane Sede, Temane e Mangungumete) e três de Pande (Pande, Chimedje e Machacame), com um total de 33 pessoas inquiridas das quais 21 da Localidade de Maimelane e 12 da Localidade de Pande.

Da parte da Sasol o questionário foi respondido pelo Sr. Januário Mucavele na qualidade do Especialista Chefe do Departamento de Relações Públicas, o qual de forma criteriosa deu-nos as respostas solicitadas de acordo com o guião de entrevista.

Após as entrevistas aos diferentes grupos alvo, as informações foram cruzadas e analisadas, e que dela chegamos a um pensamento embora de forma não conclusiva, de que não existe muita transparência por parte da SASOL para as comunidades, nas operações por ela levadas a cabo no âmbito do projecto.

Depois de concluído o trabalho de campo que aconteceu em todo o País, o CIP realizou um seminário na cidade de Maputo para a divulgação dos resultados, onde para além de convidar as organizações parceiras que fizeram o trabalho de campo, também foram convidados representantes das empresas alvo deste trabalho. Dentre várias empresas alvo, estavam presentes a Kenmar, Vale, Sasol, Rubi Mining, Mozal entre outras.

Os resultados apontaram que de todas empresas alvo do estudo, a Sasol foi a menos transparente nas suas operações, facto que indignou bastante a empresa.

j) Realizar uma reunião com Assembleia Provincial de Inhambane.

Em 2020 uma equipe constituída por técnicos da ACOORD e PANOS reuniu com a Assembleia Provincial, a qual esteve representada pelo Presidente e seu Vice. Participamos um total de 6 pessoas das quais 1 mulher. A reunião tinha como agenda: atualização do Memorando de Entendimento; perspectivas da ACOORD e PANOS para 2021; e auscultação da API sobre a implementação e resultados do ADL e 2,75%.

No que toca os 2,75%, o Presidente da Assembleia informou-nos que houve um trabalho de campo realizado por esta entidade, na qual interagiu com o governo e comunidades locais. Este trabalho culminou com a integração de mais três povoados para se beneficiarem dos projectos de 2,75% para o ano de 2021.

Quando tratamos do assunto actualização do Memorando de Entendimento, pudemos acompanhar os desafios e perspectivas da Assembleia Provincial, no que tange o sector extractivo em Inhambane. Nesse contexto, a Assembleia Provincial apresentou três grandes desafios que o sector extrativo tem, e que preocupa bastante a Assembleia Provincial, e que de certa forma preocupam também a sociedade civil, nomeadamente:

- Percepções das comunidades locais sobre os benefícios para elas derivados da exploração de recursos;
- Revisão da legislação sobre a responsabilidade social;
- Fiscalização dos impactos ambientais.

Com estes desafios levantados pela Assembleia Provincial, sugere-se que a nossa intervenção como Organizações da Sociedade Civil, seja por forma a contribuir para melhorar os desafios apresentados, e que a actualização do Memorando de Entendimento deverá ter em consideração estes aspectos.

Portanto as ideias foram colhidas da nossa parte e que achamos serem relevantes e oportunas, e juntos (ACOORD, PANOS e API).

E olhando para o contexto do ADL, o presidente da mesa da API e os representantes da ACOORD e PANOS puderam notar que havia oportunidades financeira de se reverter o cenário actual de dependência das comunidades aos investimentos sociais feitos pela SASOL no âmbito de responsabilidade social, para uma situação de independência financeira das comunidades, como resultado de implementação de várias actividades de geração de rendimento, e que também poderão melhorar a sua capacidade no fornecimentos de serviços e bens (Conteúdo comunitário) a própria SASOL e suas empresas subcontratadas, criando-se uma cadeia de valor, onde as comunidades locais também participam no ciclo económico.

Portanto apelou-se bastante para uma advocacia no sentido de a SASOL investir muito na criação de projectos de geração de renda com base nos fundos de ADL.

Actualizamos o memorando, e trabalhamos bastante para que a Sasol tivesse uma atenção especial aos investimentos em actividade geradora de renda para as comunidades. Como prova, realizamos em 2021 uma conferência sobre oportunidades de auto emprego patentes no ADL, e que actualmente tem

estado a trazer resultados, na medida em que algumas sugestões já começam a ser valorizadas pela Sasol.

k) Realizar uma conferência sobre emprego e alternativas para o autoemprego para jovens de Govuro e Inhassoro, afectados pelo projecto de Gás de Pande e Temane;

A conferência promovida pela **ACOORD** com apoio directo da APN, CIP e OXFAM contou com a participação de 65 pessoas entre elas representantes do Governo a vários níveis. A nível central esteve representado o Secretário do Estado para a Juventude e Emprego, e na província de Inhambane (a Secretaria do Estado, Governador da Província), e Assembleia Provincial de Inhambane; a nível dos distritos tivemos a presença dos Administradores dos distritos de Govuro e Inhassoro. Participaram representantes de 17 associações juvenis e não só, dos distritos de Inhassoro e Govuro, representantes do Fórum das Organizações da Sociedade civil de Inhassoro, e representantes de alguns grupos informais de jovens de Pande, Maimelane, Vulanjane, Macovane. Participaram também como convidados, a APN, CIP, OXFAM e Justa Paz.

Foi convidada a Sasol, mas por razões desconhecidas ela não se fez representar na conferência.

A conferência decorreu em Novembro de 2021 na sede do distrito de Inhassoro, no Hotel Seta. Teve duração de dois dias e foram abordados vários assuntos, e feitas apresentações por vários participantes (ACOORD, Justa Paz, CIP, Administradores distritais, Representantes de Jovens de Govuro e Inhassoro). Das apresentações feitas dentre os quais destacam-se os seguintes temas:

- ***Acordos de Desenvolvimento Local (ADL) – como mecanismo de peace building-*** A apresentação buscou explicar como funciona o ADL em Inhassoro e Govuro. Durante o debate, foram levantados vários aspectos sobre a ineficiência da GIZ e SNV no processo de gestão dos fundos alocados ao ADL. Inclui-se ainda uma discussão sobre a falta de transparência na execução dos fundos alocados ao ADL
- ***Exploração do ADL para maximizar a oportunidade de autoemprego para os Jovens-*** No debate sobre o ADL, procurou-se ver como os jovens de Inhassoro e Govuro poderão beneficiar-se ou gerar oportunidades de autoemprego a partir do ADL. Foram apresentadas algumas alternativas que na percepção dos jovens, seriam viáveis para garantir a maximização de oportunidades de emprego.
- ***Conteúdo local – como viabilizar a cadeia de valor de produtos Agropecuários; pesqueiro e o mega projecto de central eléctrica de***

Temane- Em relação ao conteúdo local, para além de uma clarificação, abordou-se o novo conceito de conteúdo comunitário e de que forma este conceito pode ser usado como um mecanismo de gestão adaptativa para inclusão dos jovens na cadeia de suprimentos de bens e serviços. Foram igualmente apresentados casos de sucessos de programas de conteúdo local inclusivos em Moçambique, com grande participação de jovens, tendo se destacado exemplos da Total assim como da Vale.

- ***Apresentação do projecto peace building – importância do diálogo, para a mitigação dos conflitos nas zonas de exploração de recursos naturais-*** O projecto *Peace building* foi apresentado com um piloto que visa fundamentalmente, reduzir o nível de conflito nas províncias de Inhambane, Sofala, e Cabo Delgado, zonas com maior foco de exploração de recursos naturais. Destacou-se o diálogo como a ferramenta ideal para gestão de conflitos, principalmente entre as empresas petrolíferas e as comunidades locais.
- ***Papel dos Governos Locais na promoção de autoemprego e estratégias para contratação de mão-de-obra local nos projectos de Gás-*** Os Governos de Inhassoro e Govuro, abordaram sobre o estágio actual de geração de emprego nos seus distritos. Abordou-se sobre as oportunidades oferecidas pela SASOL tendo-se destacado as formações e ofertas de Kits para geração de autoempregos. Falou-se também sobre as limitações que a camada jovem tem enfrentado para terem acesso ao emprego, o que tem resultado em descontentamento e consequentemente rebeldia.
- ***Apresentação das estratégias e constrangimentos da Sasol para a contratação de mão-de-obra local-*** Os jovens de Inhassoro e Govuro apresentaram os principais constrangimentos enfrentados pelos mesmos no acesso a oportunidades, quer seja de emprego assim como de prestação de serviços a SASOL e/ou as suas subcontratadas

As sessões foram bastante produtivas e interactivas, e os participantes debateram sobre as várias questões relacionadas as diferentes alternativas de geração de emprego, mediação de conflitos, transparência no nas diferentes oportunidades geradas pela petrolífera SASOL nos Distritos de Inhassoro e Govuro.

Nesse âmbito, foram apresentadas algumas Alternativas de Emprego para Jovens de Inhassoro e Govuro

As mesmas preconizam que o jovem participe no processo de desenvolvimento local, maximizando as oportunidades patentes no Acordo de Desenvolvimento Local, através de estabelecimento de cadeias de valor de:

- a. **Produção e comercialização de ovos e frangos de corte:** garantir que os Jovens de Inhassoro e Govuro tenham acesso a insumos e beneficiem de treinamento sobre técnicas de produção de frangos e ovos e, identificar um agente económico local que possa instalar uma unidade de processamento de frango, para absorver os frangos produzidos a nível das comunidades e fornecer a Sasol Petroleum Temane, Lda e suas subsidiárias. Para além dos jovens que estarão empregues na produção de ovos e frangos de corte, a unidade de processamento de frango também poderá gerar outros postos de trabalho para Jovens de Inhassoro e Govuro;
- b. **Processamento e comercialização de pescado:** identificar, financiar e contratar fornecedores locais de marisco, os quais deverão adquirir o pescado, processar, embalar, conservar e fornecer a Sasol Petroleum Temane, Lda e suas subcontratadas; A unidade de processamento de pescado poderá gerar outros postos de trabalho para Jovens de Inhassoro e Govuro; Ainda em relação ao pescado, deverá se identificar e financiar piscicultores locais, para a produção de peixe em cativeiro, por forma a aliviar a pressão do mar;
- c. **Produção e comercialização de hortícolas:** identificar produtores locais, capacita-los tecnicamente e em recursos materiais (pequenos sistemas de rega), para que possam produzir hortícola e identificar um fornecedor local, que irá absorver a produção local, processar e comercializar a Sasol Petroleum Temane, Lda e suas subcontratadas;
- d. Fornecimento de bens e serviços de materiais de escritório e equipamento informático;
- e. Incentivar a Sasol Petroleum Temane, Lda a dar continuidade com o modelo do pacote de formação profissional de curta duração, garantindo no final um Kit Inicial para os Jovens de Inhassoro e Govuro possam criar auto-emprego;
- f. Garantir que a Sasol Petroleum Temane, Lda promova transparência nos meios de divulgação de concursos e outras oportunidades de prestação de serviços para que os Jovens de Inhassoro e Govuro possam ter oportunidades de fornecer bens e serviços, promovendo deste modo o conteúdo comunitário;
- g. Garantir que a Sasol Petroleum Temane, Lda determine quotas mínimas de contratação de mão-de-obra, abrindo espaço para inclusão de jovens provenientes dos Distritos de Govuro e Inhassoro.

No final da conferência, após a leitura do posicionamento dos jovens, foram definidos os seguintes passos subsequentes por forma a serem materializados:

- Recolha de assinaturas dos jovens de Inhassoro e Govuro em relação ao posicionamento dos jovens sobre as alternativas de emprego;
- Partilha do posicionamento com as diferentes partes interessadas, nomeadamente, os Governos Distritais de Inhassoro e Govuro, a SASOL e ONGs implementadoras do ADL (GIZ e SNV);
- Desenho de uma proposta concreta de um projecto Pro-ADL, que trará soluções as alternativas de emprego, e partilha da proposta com a Sasol Petroleum Temane, Lda e Entidades Governamentais.

Em 2022, a ACOORD em parceria com as organizações membros do Fórum das Organizações da Sociedade civil de Inhassoro, deu seguimento a esta actividade, onde elaborou e submeteu a Sasol com o conhecimento do Governo a todos os níveis, um documento de posição sobre os assuntos debatidos na conferência, do qual começamos a notar alguma valorização das propostas lá colocadas.

Actualmente temos estado a viver algumas melhorias, em relação a implementação do ADL, pois a Sasol tem se mostrado interessado em acolher algumas sugestões apresentadas na conferência realizada em 2021. Por exemplo ela recebeu algumas propostas de projectos que foram submetidas por algumas Organizações comunitárias de Base solicitando financiamento para a produção agrícola e pecuária o que acreditamos que ira gerar ocupação e consequente empregos para muita gente. A Sasol solicitou ao secretariado do FOSCI que mais OCB apresentem outras propostas de projectos que irão merecer atenção por parte da Sasol.

Queremos acreditar que mais acções positivas poderão ocorrer nos próximos tempos.

I) Seguimento das decisões tomadas na conferência de jovens sobre oportunidade de autoemprego

Em Novembro de 2021, a ACOORD em parceria com a APN, CIP e OXFAM realizou uma conferência distrital sobre oportunidades de autoemprego para jovens residentes em zonas afectadas pela exploração de gás natural de Pande e Temane.

Durante o evento foram discutidos estratégias para reduzir o desemprego das populações locais, através de promoção de autoemprego, por meio de oportunidades descritas nos Acordos de Desenvolvimento Local em implementação nos dois distritos, designados por ***apoio a iniciativas de geração de renda.***

O debate havido produziu consensos e um posicionamento que mereceu ser partilhar com a SASOL, uma vez não ter-se feito presente na conferência.

Como seguimento da conferência, em Fevereiro de 2022, foi produzido um posicionamento por escrito, no qual incluía todos os anseios apresentados pelos jovens e organizações da sociedade civil.

O documento foi apoiado por todas as Organizações da sociedade civil presentes no evento, e pelos representantes de grupos de jovens não organizados em associações que também estiveram presentes.

No documento foram estampados os logos de todas as OSC que apoiam a causa. Entre os dias 08 a 12/03/2022 o documento foi enviado a SASOL, com conhecimento do Governo Provincial e dos Governos distritais.

Achamos que o documento apresentado a SASOL tenha servido para pressionar ou como fonte de inspiração, para que a SASOL pudesse planificar as suas actividades no âmbito de ADL para ano de 2022, tendo em conta as propostas apresentadas pelos jovens na conferência.

Apreciando o cronograma de actividades de ano 2022 apresentado e aprovado pelo Comité de Parceria na reunião do mês de Abril, na qual a ACOORD o FOSCI e CDCM foram convidados a participar, notamos que parte das propostas apresentadas pelos jovens foi tida em consideração, embora não no espírito em que foi proposto. Neste caso, estamos a falar das actividades da **Cadeia de valor de produção de ovos e cadeia de valor de produção de hortícolas.**

Continuaremos a fazer lobby para que as propostas feitas sejam implementadas na totalidade e no espírito em que se propôs.

Em setembro tomamos conhecimento de que a Sasol estava a pretender contratar uma ONG local para assessorar algumas OCBs que submeteram propostas de projectos pedindo um suporte financeiro a Sasol. Esta acção vem a responder aquilo que foram as recomendações (**financiar as comunidades locais para desenvolver cadeias de valor de produção de ovos, frangos de abate; cadeia de produção de hortícolas**) tomadas na conferência de emprego havida em 2021.

Outra acção de seguimento das decisões da conferência que estamos a exercer neste momento tem a ver com contactos que efectuados com a SASOL na pessoa do Director Geral, e por meio de pessoas próximas a ele, no sentido de fazer valer aquilo que são as propostas feitas pelos jovens e OSC.

Destes contactos, fomos informados que a SASOL abre espaço para que empresas privadas e ONGs possam apresentar propostas de projectos que

possam gerar um grande impacto na vida das comunidades locais, porque a SASOL estaria disposta a financia-lo. O director geral da SASOL frisou que a empresa vai buscar outro fundo para financiar esses projectos, o que significa que não ira financia-lo através dos fundos disponíveis do ADL.

Tomamos conhecimento que a Sasol lançou um concurso no qual restringia-se a organizações que actuam a nível de Govuro e Inhassoro. O concurso visava a capacitar comités de gestão de fonte de água nos dois distritos.

Ainda não estão disponíveis resultados deste concurso mas informações apontam para três organizações locais que participaram do concurso. Esta acção também concorre para responder algumas sugestões deixadas na conferência realizada.

m) Realizar um workshop em parceria com o MULEID, sobre a metodologia Woman Can Do It ou seja As Mulheres Podem Fazer

Em Novembro de 2021, a ACOORD participou na formação dos membros a Assembleia Provincial de Inhambane sobre a Metodologia **“As Mulheres Podem Fazer”**.

A ACOORD foi representada pela Presidente do Conselho de Direcção, e participou como parceira da MULEIDE, agremiação organizadora do evento. Foi um evento que interessou a ACOORD, na sua componente do desenvolvimento, promoção e defesa dos direitos da mulher.

O evento tinha como objectivo, consciencializar a mulher no saber fazer, decidir, mecanismos a seguir para tomada de decisões coordenadas.

O foco foi no consciencializar a mulher parlamentar (membro da Assembleia Provincial de Inhambane) no significado de Sexo e género; democracia e poder; saber comunicar-se; a linguagem que deva usar ao se comunicar; formas de dominação sobre a mulher; os mecanismos a seguir para uma negociação se houver lugar; trabalhos em rede; advocacia e campanhas etc.

De certeza que a formação vai trazer mais-valia para a organização, na medida em que, não só serve para as parlamentares, mas também para todas as mulheres como forma de imponderá-las nas suas actividades principalmente quando tenham que tomar decisões, quando tenham de educar ou incutir uma consciência as outras nas suas comunidades.

É uma ferramenta que vai servir e muito para ACOORD, na medida em que tenha que disseminar a informação em suas áreas de actuação como organismo.

Os participantes do evento receberam no fim da formação, certificados de participação.

n) Capacitar, os membros do CDCM, Jovens e Mulheres em matéria de elaboração de plano de negócios para concorrer aos fundos do ADL

A ACOORD realizou em Março de 2022, uma capacitação sobre Elaboração de Plano de Negócio, que contou com a participação de 40 pessoas, dentre elas 4 mulheres e 9 homens e 27 jovens. Os participantes do evento representavam a 15 OSC de Inhassoro nomeadamente AJUDECI, Lamulelane, DESACRA, Teatro Bimbe, Associação dos Escultores, ANAI, CDJ, OJM, Makuero, CEDES, FOSCI, CDCM, Representantes dos jovens de Vulcanjane, Vuca Interior e Macovane.

O treinamento foi dado aos participantes como seguimento da conferência realizada em 2021, e como forma de preparar as OCB para que possam apresentar uma proposta de plano de negócio razoavelmente credível, uma vez que sugerimos na conferência que a SASOL intensificasse acções que visem gerar mais postos de trabalho em forma de autoemprego.

O treinamento foi realizado na sede do distrito de Inhassoro, e todos aspectos logísticos foram acautelados pelo projecto. Teve a duração de 1 dia, porém foi muito produtivo embora houvesse necessidade de prolonga-lo por algumas horas por forma a terminar e apresentar os trabalhos de grupos.

O treinamento foi facilitado pelos técnicos da ACOORD, e para o efeito usaram metodologias de projecção de conteúdos em tela, discussões em plenária, chuvas de ideias, trabalhos prático em grupo.

Fez-se um jogo de receios e expectativas antes de partirmos para o conteúdo do treinamento, um pré e pós-teste para medir o nível de conhecimento sobre a matéria os participantes.

O resultado do jogo de receio e expectativas mostrou que perto de 95% dos participantes tiveram suas expectativas superadas e os receios apresentados por estes não se concretizaram. Quanto ao pré e pós-teste, o resultado mostrou que apenas 5% dos participantes tinham noções básicas sobre o plano de negócio.

Foram discutidos aspectos chave sobre a elaboração do plano de negócio, como **Visão geral; Mensagem; Marketing; Produto/serviço; Produção e entrega**

Cada elemento foi profundamente discutido, de maneira a permitir que os participantes pudessem no fim do treinamento ter uma capacidade de poder o descrever no momento de elaboração do seu Plano de Negócio.

Visão Geral- falou-se bastante sobre o nome do negócio, estrutura de negócio, localização, descrição do negócio, missão e objectivos e o organigrama da equipe de implementação do negócio.

Mensagem do Negócio- neste elemento, vimos que era preciso responder com clareza as seguintes questões:

- ☐ Qual o problema que a sua empresa resolve para os clientes?
- ☐ Quais resultados que a sua empresa vai gerar?
- ☐ Para quem a tua empresa vai servir?
- ☐ Porquê você está fazendo o que faz?
- ☐ Porquê que os clientes devem escolher os seus produtos?

Marketing- ao abordar questões sobre o marketing, vimos que era necessário definir com clareza o mercado e seu grupo alvo, e definir as estratégias de visibilidade

Produto/Serviço- nesta componente vimos que é necessário descrever o produto primário, e se possível o secundário, o resultado e o impacto que o mesmo pode gerar ao consumidor.

Produção e entrega- ao descrevermos este elemento do plano de negócio, temos que descrever todos recursos envolvidos no projecto (pessoal, capital, material, tecnologia, tempo); descrever os custos do projecto, envolvendo custos fixos, custos de produção ou de aquisição; descrever os custos incorridos até aos consumidores ou intermediários caso não vende directamente para consumidor final; fazer uma análise de margens brutas e líquidas.

Após a discussão destes aspectos e essenciais para elaboração de um plano de negócio, os participantes realizaram exercícios em grupos para aperfeiçoar.

Após a apresentação dos trabalhos de grupo, a avaliação feita foi de que os mesmos estão em condições de elaborar um plano de negócio credível, que possa convencer um determinado financiador a apoiar o mesmo. Mesmo assim aconselhamos aos participantes a exercitar mais vezes, pois, devido ao tempo limitado do evento, não foi possível apresentar e discutir todos os trabalhos realizados pelos grupos.

Com base nos conhecimentos adquiridos na capacitação, três OCB elaboraram e submeteram a Sasol algumas propostas de projectos solicitando por parte deste um financiamento para a materialização do negócio.

São elas a **Makwero, Associação Ovos de Mangungumete e AJONARI**, que submeteram propostas de Criação de suínos, produção de frangos de corte e ovos; e agricultura respetivamente.

Os planos de negócio ainda não foram aprovados pela SASOL, pois ela está a trabalhar na contratação de uma ONG que possa assessorar as OCB a melhorar seus planos.

Estamos a trabalhar com as organizações nesse sentido, esperamos que as mesmas sejam financiadas.

o) Capacitar as organizações da Sociedade civil, CDCM, Associações Juvenis em matéria de advocacia e loby;

A ACOORD realizou um treinamento aos membros de Organizações da Sociedade Civil de Inhassoro em material de **Loby e Advocacia**.

O treinamento teve lugar na segunda quinzena de 2022 na sede do distrito de Inhassoro. Contou com a presença de 39 pessoas das quais 4 mulheres, 8 homens e 27 jovens, representantes de 15 OSC, nomeadamente a AJUDECI, Lamulelane, DESACRA, Teatro Bimbe, Associação dos Escultores, ANAI, CDJ, OJM, Makwero, CEDES, FOSCI, CDCM, Representantes dos Jovens de Vulcanjane, Vuca Interior e Macovane.

Foi um treinamento de apenas 1 dia, onde de forma resumida abordamos aspectos ligados a Loby e Advocacia, métodos de advogar. As OSC presentes no treinamento foram aconselhadas a não fazer uso da violência para reivindicar um direito, mas sim o uso de métodos pacíficos.

O treinamento sobre o tema em alusão foi pensado como um contributo para pacificar as massas sociais de Inhassoro, sobretudo os jovens e comunidades no geral, dos locais onde ocorre a exploração de gás de Temane, que de forma recorrente tem vindo a fazer manifestações e que alguma delas terminam em violência.

O objectivo principal do treinamento foi de dotar a sociedade civil de Inhassoro em técnicas básicas de abordagem da advocacia e loby, com intuito de sensibilizar e mostrar formas pacíficas e saudáveis de reivindicar um determinado direito.

O treinamento foi realizado em uma sala de reuniões do Hotel Seta, onde para o efeito as metodologias usadas foram de projeção de slides, debates em plenária, explanação, trabalhos de grupo.

Antes de entrar para o tema do treinamento, os participantes foram submetidos a um pré-teste, como forma de medir o nível de conhecimento que os mesmos tinham em relação ao tema. Também houve um exercício no qual cada participante tinha que citar algumas expectativas e receios em relação ao treinamento que iria se realizar.

No final do treinamento, revisamos as expectativas e receios que foram citadas, e da análise feita, 90% das expetativas foram superadas e apenas 5% dos receios materializaram-se.

Quanto ao pré-teste, verificamos que 78% dos participantes do treinamento não tinham conhecimento sobre a matéria de advocacia e lobby, e os restantes 22% tinham noções básicas sobre a matéria. Os participantes realizam no final do treinamento um pós-teste, que mostrou que 100% dos participantes entenderam de forma satisfatória sobre a matéria dada, o que nos faz pensar que estão em condições de poder levar a cabo acções de advocacia e lobby usando os métodos pacíficos que foram apresentados.

Os conceitos sobre **Advocacia e Lobby** foram amplamente debatidos pelos participantes, tanto que alguns participantes mostraram-se ter uma noção sobre eles.

O conceito sobre advocacia era visto apenas como acto jurídico de defesa de um reu ou arguido perante uma instituição de justiça, porém foi necessário mostrar aos participantes que existe um outro tipo de advocacia que neste caso é a Advocacia Social.

Discutiu-se bastante sobre os métodos eficazes de advocacia, onde a ACOORD aconselhou de forma reiterada que a sociedade civil não deve optar por métodos violentos de advogar mas sim, pelos pacíficos. Deles destacaram-se os **Abaixo-assinado, Petições, Providência Cautelar, Posicionamento e Marchas.**

Dentre os vários métodos apresentados, aconselhamos a sociedade civil de Inhassoro o uso numa primeira fase dos métodos mais simples e práticos atendendo as situações locais, nomeadamente os Abaixo-assinado, Petições e Posicionamento. Realçou-se que antes de se avançar para esses métodos e necessário tentar todas formas de dialogar com outra parte, e só depois de esgotada as possibilidades de um diálogo, pode se avançar para os métodos referidos.

Houve momento de descrição de cada método a ser aplicado a nível de Inhassoro, mas notou-se algo de comum em todos eles, que é o facto de ser um **“documento por escrito, que uma sociedade escreve reivindicando uma certa situação de violação de direito de cidadãos requerendo a intervenção de quem é de direito para a normalização da mesma”**. Em todos os métodos, também verificou-se que eles **devem ser suportados por assinaturas de quem apoia ou reivindica a causa.**

Foram feitos trabalhos de grupo, nos quais os participantes tiveram a oportunidade de exercitar a elaboração de Petição e abaixo-assinado.

No final os participantes mostraram-se satisfeitos, e com conhecimentos básicos para que possam advogar de forma pacífica sobre muitas questões de violação de direitos humanos das suas comunidades. O treinamento foi visto como uma luz para que se inicie um processo de advocacia pacífica a nível do

distrito de Inhassoro, pois o uso por eles de métodos violentos em algum momento foi por desconhecimento dos métodos pacíficos.

Recomendamos aos participantes para que possa haver muita coesão entre as OSC de Inhassoro para que possam conduzir com sucesso acções de advocacia. Também recomendamos que se parasse com as manifestações violentas, e que se use métodos pacíficos como os que acabaram de aprender

Actualmente as manifestações violentas conheceram uma calma a nível do distrito de Inhassoro, e as OSC tem estado a interagir bastante com a Sasol e Governo local na busca de soluções para os problemas que afectam as comunidades locais e o distrito de Inhassoro no geral.

p) Realizar uma conferência sobre mecanismos de Compensação e Benefícios às Comunidades que Hospedam os Projectos do Sector Extractivo.

Em Novembro de 2020 realizamos em parceria com o CIP e OXFAM um workshop com vista a divulgar estudos e analisar o actual estágio sobre as compensações as comunidades.

O workshop foi financiado pelo CIP e OXFAM, e coube a ACOORD coordenar a logística do evento assim como a facilitação de alguns temas.

Estiveram presentes no evento 35 pessoas representando a 23 instituições, nomeadamente ACOORD, CIP, OXFAM, CDCM, ADEGO, AJUDECI, ASSAMA, ADELMA, AJEPROJ, Moz-Verde, Pik-Pik, UDAJA, ORM, Associação Megafauna, Bitonga Divers, UPCI, MALHAHLE, KULIMA, Assembleia Provincial de Inhambane, Secretaria Distrital de Govuro, Secretaria Distrital de Inhassoro, SASOL e representante das comunidades de Mangungumete.

No encontro foi apresentado as experiências de gestão dos 2,75% pelos Secretários Permanentes distritais de Govuro e Inhassoro, apresentada a experiência da SASOL na implementação de acções de responsabilidade Social.

A OXFAM apresentou um estudo sobre os benefícios da Mineração em Moçambique e o CIP apresentou um estudo sobre modelo atual de transferência dos 2,75% para as comunidades pode gerar desigualdades económicas e sociais.

As apresentações feitas pelos Secretários Permanentes transpareciam estar tudo bem no que tange a gestão dos 2,75% em nível dos distritos, facto que foi

desmentido pelas comunidades presentes. Segundo as experiências das comunidades, a gestão deste fundo tem muitas lacunas, que iniciam no processo de panificação que não é transparente e participativo, a falta de prestação de contas às comunidades e o abandono de obras por parte dos empreiteiros contratados.

Outro aspecto que foi profundamente discutido foi o da circular nr 1/MPD-MF/2013, que é datada do ano 2013 e que nunca foi revista. A circular estabelece balisas em termos de prioridades que devem ser financiadas por este fundo, e que algumas não são consensuais com as comunidades.

O CIP na sua apresentação, citou que após a realização do estudo produziu um posicionamento que foi submetido ao ministério das finanças sugerindo uma revisão em alta da taxa dos 2,75%, assim como a definição das prioridades, deixando ao critério das comunidades. O posicionamento do CIP vem reforçar o posicionamento da Plataforma da Indústria Extrativa-PIE, também submetida em 2020.

q) Realizar a monitoria dos fundos da COVID 19

Em parceria com o CDD na qualidade do hospedeiro do Fórum de Monitoria do Orçamento, a ACOORD realizou em 2020 uma acção de verificação física dos empreendimentos construídos pelos fundos da Covid 19, que o Governo de Moçambique tem recebido dos seus parceiros de cooperação.

Trata-se de uma acção que decorreu um pouco por todo o país, e a ACOORD foi chamada a fazer parte do processo a nível da província de Inhambane.

O trabalho foi realizado nas escolas Secundaria Emília Daússe, 3 de Fevereiro. 4 de Outubro, Escola Secundaria SOS, Escola Secundária de Konguiana, Escola Secundária de Salela. Consistiu em reabilitar sanitários, construção de sanitários de raiz e construção de uma fonte de água.

O resultado do estudo indicou que não houve transparência na adjudicação de obras, e todas elas foram adjudicada a mesmo empreiteiro e também tinham o mesmo fiscal. A nível das escolas e dos serviços distritais de educação não havia nenhuma informação útil sobre o concurso, pois ele foi feito a nível central.

As obras foram realizadas muito fora dos prazos estabelecidos, e não tinham planas das obras facto de não permitiu saber qual era o orçamento de cada obra. As escolas e os serviços distritais de educação não tiveram acesso ao caderno de encargo facto que também dificultou saber o real dimensão das obras.

r) Participar da Reunião entre a Sociedade Civil de Inhassoro e o Governo Provincial de Inhambane

No mês de abril de 2022 a ACOORD foi convidada pelo Governo a participar de uma reunião onde estiveram presentes todas as OSC que actuam no distrito de Inhassoro. O convite foi formulado pela Secretaria Distrital de Inhassoro sob orientação do Governo Provincial de Inhambane.

Da Cidade capital provincial veio reunir com a Sociedade Civil de Inhassoro uma equipe multisectorial, constituída por técnicos da Secretaria do Estado, Gabinete do Governador, Serviços Provinciais de Assuntos Sociais, Direção Provincial de Agricultura, Direcção Provincial de Saúde e Direcção Provincial de Finanças.

A reunião tinha como objectivo principal, mapear as OSC que operam no distrito de Inhassoro e as respectivas áreas de actuação. Pretendia-se também saber de que maneira as OSC se comunicam entre si, com o Governo Distrital (sectores) e com o Governo provincial (Sectores).

Participaram mais de 10 OSC que trabalham em Inhassoro, e cada uma delas, fez uma apresentação sobre o seu perfil, tempo de actuação e áreas temáticas de intervenção a nível do distrito de Inhassoro, seus parceiros financiadores e duração do projecto.

A ACOORD apareceu como a única OSC que trabalha especificamente no sector de indústria extrativa, e com um programa de advocacia no sector. Pela natureza do programa, sobretudo por fazer pressão ao Governo Local e não só, não nos foi conveniente falar de todas as acções que temos levado a cabo, considerando que estávamos perante técnicos do Governo Provincial. Mesmo assim, foi possível mostrar as transformações/impacto que o programa tem estado a ter na vida das comunidades locais, sobretudo quando se fala da participação na gestão dos 2,75%, e do ADL.

Foi notório durante a reunião, que não existe uma comunicação eficiente e eficaz entre as OSC e o Governo distrital e Provincial, pois cada uma delas articula-se apenas com os sectores de tutela, como o SDAE, SAUDE e SDPI, e poucas vezes com a Secretaria distrital. Os planos e relatórios de actividades das organizações são partilhados na maior parte das vezes com os sectores, a excepção da ACOORD que partilha com a Secretaria Distrital.

Os sectores não partilham as suas acções com a Secretaria Distrital de Inhassoro, facto que faz com que, as acções das OSC não sejam do domínio do Governo Local, e por conseguinte do Governo Provincial.

Outro aspecto dectetado foi o da periodicidade na partilha dos planos e relatórios, que também tem sido de forma irregular.

Houve orientações e consensos produzidos na reunião dos quais destacamos:

- ☐ A realização de duas reuniões por ano para partilha de planos e relatórios, organizadas pela Secretaria Distrital;
- ☐ A partilha de planos e relatórios anuais com a Secretaria Distrital de Inhassoro (sector de planificação);
- ☐ A nível da província, cada OSC pode partilhar informação com o sector de tutela, porém cabe a Secretaria Distrital partilhar a informação com a província.

s) Assessorar ao CDCM, no seguimento dos casos de reassentamento às famílias de Mangungumete afectadas pela conduta de água da SASOL, e a construção de Central Eléctrica de Temane;

Com a construção da **Central Eléctrica de Temane** 6 famílias foram reassentadas, e com a construção da **conduta de água** de Mabime à fábrica da SASOL, 32 famílias foram deslocadas e reassentadas provisoriamente.

Neste processo o Comité de Desenvolvimento Comunitário de Maimelane, esteve sempre em alerta para assessorar as famílias de modo a que o seu direito de um reassentamento condigno, não fosse violado pela empresa. Quando o CDCM se apercebeu dos projectos, reuniu com as famílias que seriam movimentadas para lhes dar a conhecer sobre os seus direitos, e aconselhar sobre os procedimentos que deveriam seguir, de modo a evitar que fossem lesadas. Os conselhos que foram deixados as famílias foram:

- ☐ Nunca se deve aceitar que, a nova casa onde serão reassentados seja de uma qualidade inferior a que já habitam;
- ☐ Nunca se deve aceitar que, sejam retiradas do local onde residem actualmente antes de se contruir a nova casa;
- ☐ Não se deve aceitar valores monetários em troca das suas casas;
- ☐ Na nova zona, deve se exigir que sejam criadas condições para que continuem a praticar actividades que lhe garantam o seu sustento, (agricultura, criação);
- ☐ Independentemente de receberem a nova casa, também devem exigir que sejam indemnizadas pela perda de suas benfeitorias nas zonas de origem, caso tenham plantas como cajueiros, coqueiros, mangueiras e outras fruteiras;

O CDCM realizou vários encontros de sensibilização e aconselhamentos com as famílias, de maneiras que as famílias estiveram bem nas negociações com a empresa, razão de não ter sido cometido até ao momento um atropelo grosseiros a lei em prejuízo as famílias.

Como resultado, 6 famílias afectadas pela construção da central eléctrica foram reassentadas em casas de alvenaria do Tipo 3, em um quintal enorme na zona de expansão de Mangungumete, para além de terem recebido indemnizações por terem perdido algumas plantas compensações por terem perdido campos familiares nas suas zonas de origem.

As 32 famílias afectadas pela construção da conduta de água de Mabime a Fábrica, terão duas fazes de reassentamento, onde primeiro passarão por um reassentamento provisório de 8 meses em casas feitas de material local. Durante este período, deverá se estar a construir as casas definitivas que serão de Tipo 3 na zona de expansão de Mangungumete.

As famílias só sairão das suas casas para o reassentamento provisório.

Felizmente as famílias reassentadas de forma provisoria assinaram um contrato, receberam uma indemnização que incluía vários subsídios nomeadamente:

- ☐ Subsídio de infraestrutura auxiliares;
- ☐ Subsídio de perda de machamba;
- ☐ Subsídio de perda de árvores de fruta;
- ☐ Subsídio de mudança
- ☐ Subsídio de distúrbios
- ☐ Subsídio de cesta básica
- ☐ Subsídio cultural.

Os valores atribuídos a cada família afectada tanto reassentada de forma provisoria assim como as reassentadas de forma definitiva, chegaram a atingir a ordem dos 350 mil meticais, valor considerado satisfatório pelas famílias.

Os valores foram depositados em contas bancarias que a empresa ajudou as famílias a abrir.

De salientar que para as famílias reassentadas de forma definitiva, o valor já foi pago na totalidade. Para as famílias no reassentamento provisório, o valor está sendo pago em prestações que serão de 4 fases. A primeira fase pagou-se quase que 80% do valor, e a última será paga na altura de mudança para a casa definitiva.

As famílias reassentadas de forma definitiva, receberam na totalidade os valores das indemnizações referentes a todos os aspectos referidos anteriormente.

Para que o CDCM pudesse assessorar bem as famílias, aproximaram-se a ACOORD para que também recebessem da nossa parte algum aconselhamento. Foi a ACOORD que lhes orientou a terem que aconselhar as comunidades sobre os aspectos referidos anteriormente.

A construção de casas definitiva para as 32 famílias que se encontram no reassentamento provisórios está muito atrasada, pelo que até então ainda não iniciaram as obras. O CDCM está atento a situação e já questionou ao Governo local sobre o assunto. Infelizmente o governo também não está informado sobre as causas do atraso, mas prometeu contactar a Sasol sobre o facto.

t) Realizar um acampamento de reflexão sobre mecanismos de mitigação e mediação de conflitos no âmbito de exploração de gás de Temane

A Associação de Cooperação para o Desenvolvimento-ACOORD em coordenação com o Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Inhassoro-FOSCI em parceria com Centro de Integridade Pública-CIP e OXFAM – Moçambique e com financiamento da União Europeia, para a implementação do projecto com o título *“Recursos naturais, resolução de conflitos e mediação local nas comunidades extrativas e afetadas por conflitos nas províncias de Cabo Delgado, Inhambane e Sofala em Moçambique”* abreviadamente designado **“Projecto Conflict & Peace Building”**, realizou nos dias 29 e 30 de Outubro de 2022, um acampamento de reflexão sobre mecanismos para mitigação e mediação de conflitos e empoderamento das OCBs.

O acampamento teve lugar no distrito de Inhassoro, na Localidade de Inhassoro Sede, na comunidade de Mucocuene num espaço pertencente a uma instituição privada de nome **Paradise View Resort**.

Participaram do evento, 112 pessoas representando a 27 Organizações da Sociedade civil de Inhassoro, Governo Local, da Localidade e Organizações não-governamentais convidadas de âmbito provincial.

O acampamento teve como objectivos, melhorar e incentivar a disseminação do conhecimento às OCBs, na mitigação e mediação de conflitos, criando o ambiente de paz e harmonia ao nível local, entre os diferentes actores do Governo, Comunidade Locais e Sector Privado e informar e criar competências, espírito de diálogo permanente para mitigação, mediação e resolução de conflitos

O acampamento de reflexão sobre os mecanismos de mitigação e mediação de conflitos e empoderamento das Organizações comunitárias de base foi uma iniciativa do secretariado do FOSCI, mas que teve um enquadramento no projecto *“Recursos naturais, resolução de conflitos e mediação local nas comunidades extractivas e afectadas por conflitos nas províncias de Cabo Delgado, Inhambane e Sofala em Moçambique”* abreviadamente designado **“projecto Conflict& Peace Building”**, razão que levou a que ACOORD e seus parceiros recebessem com agrado a iniciativa e, através dos fundos do projecto fosse financiado na totalidade.

O acampamento foi antecedido por muitas actividades preparatórias, realizadas pelo FOSCI em coordenação com a ACOORD. Foi necessário que em conjunto fossem definidos os principais temas a serem discutidos no acampamento, assim como as entidades que deveriam facilitar os debates.

Para se obter autorização e protecção por parte do Governo do distrito de Inhassoro, foi submetido ao Gabinete da Excelentíssima senhora Administradora do distrito, um documento de manifestação de interesse de realizar o evento, acompanhado de um pedido de permissão para o efeito. Depois de tida a consideração favorável por parte da Excelentíssima Senhora Administradora Distrital, seguiu-se com outros expedientes. Para o efeito foram feitos expedientes para os serviços Distritais de Educação para obter a autorização para o uso do recinto da Escola Primária de Mabime, aos Serviços Distritais de Saúde para se ter de plantão uma brigada de Saúde para atender a eventuais urgências de Saúde dos campistas, e ao Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique para Obter a protecção dos campistas pela força policial no local do evento.

Felizmente houve uma resposta satisfatória por parte de todos os sectores do Governo do distrito que submetemos os expedientes.

De seguida o Comando Distrital da Policia convocou ao FOSCI e ACOORD para participar em uma reunião com vista a se esclarecer algumas dúvidas que as Forças de Defesa e Segurança tinham em relação ao evento, e dar alguns detalhes importantes do evento em matéria de segurança. Na reunião preparatória com as Forças de Defesa e Segurança-FDS, estiveram presentes o Comandante Distrital da Policia, Director Distrital dos Serviços de Informação e Segurança do Estado-SISE, Comandante da Unidade de Intervenção Rápida-UIR, Chefe da Brigada da Policia de Transito- PT, Chefe das Operações, Chefe do Posto Policial de Mangungumete, Chefe das relações Públicas, Chefe da Secretaria do Comando Distrital. Do lado dos organizadores do evento, esteve o Coordenador do FOSCI, Oficial de Campo do FOSCI, Oficial de Programas da ACOORD e Oficial de campo da ACOORD.

Depois de explicado aos presentes com detalhes o propósito do evento e seus contornos, ficaram dissipadas as duvidas, porém, de seguida realizou-se uma visita conjunta ao local inicial para a realização do evento (Escola Primária de Mabime).

Após a visita, por questões de segurança e sem muitos detalhes, foi nos recomendado para que o evento não fosse realizado naquele local, tendo havido necessidade de se identificar rapidamente um outro local. O exercício de identificação de um outro local ditou que fosse realizado na comunidade de Mucocuene no espaço pertencente a uma instituição hoteleira chamada Paradise View.

Após a concertação de todos aspectos com as entidades governamentais, realizou-se o primeiro acampamento entre os dias 29 e 30 de Outubro de 2022, no recinto do **Paradise View** que contou com a participação de 112 membros representando organizações da sociedade civil de Inhassoro, (DESACRA, Teatro Bimbe, Lamulelane, AJUDECI, ACOORD, Associação Makwero, AJONARI, ANAI, CDCM, CDI, SACUIRO, RCI, CEDES, Comité de Gestão de Recursos Naturais de Chibo, Associação dos Escultores de Inhassoro, CDJ, OJM, Associação de Músicos de Inhassoro, AMOPI, Grupo Coral Voz Viva); do Governo Local (Secretário Permanente Distrital, Director do SISE, Director do SDAE, Medico Chefe, Comandante da Unidade de Intervenção Rápida); Governo da Localidade de Inhassoro Sede (Chefe da Localidade e Técnico da localidade), Lideres Comunitários de (Inhassoro Sede e Maimelane), Líderes religiosos; e convidados como a CTV, TIPS, FOPROI, ACUDES, SNV e GIZ.

Durante os dois dias de trabalho foram apresentados diversos temas pelo Governo, ACOORD, FOSCI, e outros convidados.

Plano Estratégico do Distrito de Inhassoro (Prioridade, Realizações, Perspectivas, e Desafios)

O tema foi facilitado pela Secretaria distrital, na pessoa do Secretário Permanente distrital, o qual fez uma radiografia do que é o Plano Estratégico do Distrito de Inhassoro 2018-2023. Durante a sua apresentação, fez menção de que o mesmo tem pilares como Turismo, Agricultura e Pecuária, Infraestruturas sociais, Saúde.

Embora com vários pilares, o pilar estratégico para o desenvolvimento económico do Distrito de Inhassoro, é o Turismo.

Durante a apresentação, fez menção de que o Plano Estratégico estava a quase 75% da sua implementação e com maiores investimentos feitos nos sectores de infraestruturas sociais, e menos investimento no sector de agricultura.

Os debates foram abertos, e na sequência, um dos participantes mostrou-se preocupado pelo facto de não ter-se investido muito na agricultura, tendo em conta que consta na nossa constituição como a base para o desenvolvimento do País.

Outra preocupação dos participantes teve a ver com a ferramenta de monitoria que o Governo tem usado para medir o nível de alcance dos objectivos e resultados do plano. Foi explicado que ainda constitui um desafio para o Governo, pois um exercício eficiente de monitoria também acarreta custos, e

que o Governo Local não os tem disponíveis para o efeito. Mesmo assim o Governo local tomou nota sobre este aspecto e promete melhorar no futuro.

Como mater uma comunicação saudável entre a Sociedade Civil e o Governo Local

Este tema foi apresentado pelo secretariado do FOSCI, e teve como objectivo principal de encontrar mecanismos saudáveis de comunicação entre as partes, por forma a evitar meus entendidos, ruídos na comunicação que podem originar e possíveis conflitos.

Nesta apresentação, a sociedade civil reclamou a necessidade de fazer parte dos principais fóruns de consulta e tomada de decisão, como o caso dos **conselhos consultivos, o comité de parceria** e outros momentos importantes que o governo preconiza para se comunicar com a sociedade de Inhassoro.

Aberto o debate com vista a encontrar melhor solução, a sociedade civil pediu ao Governo que abrisse mais espaços para que as OSC possam estar bem representadas nos fóruns de tomada de decisão e recomendou ao governo que os convites para as Organizações da Sociedade civil participar nos eventos, fossem direccionados ao Secretariado do FOSCI, na qualidade da entidade que representa todas as OSC do distrito. Caberá a esta entidade comunicar aos seus membros e indicar as organizações ou pessoas que poderão participar do evento em causa.

O Governo apoiou a iniciativa, e apela para que as OSC também sejam comunicativas com o Governo, e apela a partilha de relatórios e planos pelo menos uma vez ao ano. Apela também que antes de escrever ou publicar algo que lhes inquieta, tenham que aproximar ao governo para obter mais esclarecimentos sobre o facto.

Participação comunitária e das OCBs nos principais fóruns de consulta e tomada de decisão, como mecanismos para a redução dos conflitos

O debate foi facilitado pela ACOORD, onde o Director Executivo começou por enaltecer a necessidade de existência de ideias contraditórias como uma ferramenta importante para promover debates, construir consensos e promover o desenvolvimento socioeconómico das sociedades.

Ainda na sua apresentação, elucidou aos presentes que o Estado, aprovou a Lei dos Órgãos Locais do Estado, como uma forma de descentralizar o poder e a Governação do País. Ao nível mais baixo, encontrar os Fóruns locais, depois os Conselhos Consultivos a vários níveis como os principais espaços para que a comunidade possa participar no processo de consulta e tomada de decisão, na definição de prioridades para o desenvolvimento da sua Comunidade, Localidade, Posto Administrativo e até ao Distrito.

Referiu-se na apresentação que é necessário que o Governo seja acolhedor de ideias das comunidades a partir destes órgãos, permitindo a participação neles as pessoas legítimas, isto é, que as organizações comunitárias de base sejam elas responsáveis em eleger as pessoas que possam melhor lhes representar nos órgãos, e não, outras pessoas a indicar elementos para representar as OCB nos órgãos.

No debate havido, conclui-se que a participação necessária, poderá evitar ou mitigar os conflitos sobretudo os violentos, na medida em que as comunidades locais terão espaços e a oportunidade de se expressar perante os governantes, e o Governo conhecerá as reais aspirações das comunidades e trabalhará para melhorar durante a sua governação.

O Debate deu a entender que é importante dar oportunidade de as pessoas falarem, do que o contrário ou intimida-las, pois, o silêncio de pessoas pode em algum momento ser mais perigoso.

Ainda no debate, apelou-se ao Governo para que aceite a necessidade de revitalizar os Conselhos Consultivos, como forma de incluir outros actores importantes na definição de prioridades de desenvolvimento socioeconómico do distrito. O governo representados pelo Secretario Permanente e os demais directores dos serviços lá presentes concordaram com a necessidade e mostraram-se abertos para acolher o apoio da ACOORD na revitalização dos conselhos consultivos.

Lei de terra e gestão de conflitos ligados ao DUAT

O tema foi apresentado pelo representante da ACUDES em substituição da CTV.

O debate em torno deste tema visava alertar aos presentes sobre o processo de revisão da Lei de Terra em curso no País, levada a cabo pelo Governo e as Organizações da Sociedade Civil, e que toda a sociedade é chamada a contribuir para que a futura a ser aprovada seja o mais justo possível.

O apresentador fez referência a duas cláusulas polémicas constantes do draft produzido, onde de forma geral fala-se da possibilidade de hipotecar a terra perante instituições bancárias, a outra fala da possibilidade de os cidadãos poderão negociar a terra com quem quer que seja sem a intervenção do Estado.

Estas duas cláusulas criaram preocupação aos campistas, pois entenderam os campistas que com a aprovação da nova lei nos moldes que está no draft, abre-se um precedente que contrasta com a **Constituição da República** que diz que a **Terra é propriedade do Estado**. Nestes termos estaríamos a abrir precedentes para que os que detém informações privilegiadas sobre o cadastro

mineiro possam requerer milhares de hectares de terra ao seu favor para futuramente vende-las a cidadãos nacionais e estrangeiros, prejudicando as comunidades locais e o Estado no seu todo.

A Lei assim como está prevista no draft, caso seja aprovada poderá ser uma potencial fonte de conflitos, por isso todos os campistas apelam a quem é de direito para que ela não seja aprovada nos moldes em que está.

Ainda neste tema, o Grupo Teatral Bimbe fez uma apresentação de uma peça teatral que retratava de conflitos existentes no transpasse e aquisição de terras para vários fins. Foi uma boa forma didática de abordar o tema sobre conflitos de terra. Deu para perceber que há uma consciência entre os campistas de que existem muitos conflitos decorrentes da gestão de terras e que na maioria dos casos ocorrem sob olhar sereno das autoridades governamentais, comunitárias e mais. Apela-se a que o Governo adopte uma postura mais acertada na gestão desses casos, como forma de prevenir conflitos.

Papel da sociedade civil na monitoria da governação local

A ACUDES em representação ao FOPROI fez a apresentação do tema, como forma de sensibilizar ao Governo para colaborar cada vez mais com as OSC locais na monitoria da Governação Local.

Foi preciso frisar que existe uma lei que cria as Associações em Moçambique, e que elas tem espaço para monitorar a acção governativa. ***É preciso entender que a Sociedade Civil não está a se meter onde não deveria***, estas foram palavras do apresentador. A sociedade civil tem um papel fundamental em todos estados de direto democráticos do mundo, e por sinal o nosso estado também adoptou este modelo de governação.

Foi necessário durante os debates dar entender que tanto o Governo assim como as OSC estão do mesmo lado, isto é, todas lutam para o bem-estar social e económico da população moçambicana. Portanto, mais uma vez se apelou ao governo para que respeite as leis, sobre tudo as de acesso a informação, para que a sociedade civil possa emitir a sua opinião no que tange a gestão da coisa pública, garantido a integridade dos Funcionários e Agentes do Estado. Apelou-se durante os debates que é preciso que a Sociedade Civil seja chamada a participar nos fóruns onde o Governo pretende partilhar informações sobre o seu desempenho, mas que também aceite os convites da Sociedade Civil para participar em eventos onde o Governo é chamado a partilhar alguma informação sobre o seu desempenho.

Houve unanimidade por parte de todos campistas incluindo os representantes do Governo, que existe a necessidade de melhorar o entendimento do papel da Sociedade Civil para o bem do distrito de Inhassoro.

Conflitos: Principais causas e mecanismos mitigação e mediação

O tema sobre conflitos foi tido como o principal do acampamento. Embora ter sido abordado nas outras apresentações feitas por outros convidados, nesta apresentação, a perspetiva foi de aborda-lo com maior profundidade, pois ele foi a razão da implementação do projecto Peace Bulding, e em particular do acampamento.

Inicialmente estava previsto que fosse facilitado pela Justa Paz, como uma Organização com larga experiência em abortar aspectos sobre conflitos, mas por alguma razão não tivemos presente representante um representante desta instituição no acampamento. No seu lugar convidamos a TIPS, a qual enviou o seu ponto focal provincial de Inhambane.

Na sua apresentação fez menção como uma das principais causas de conflitos sobretudo na exploração de recursos naturais, é a falta de transparência por parte de quem é de direito na gestão das principais fases dos projectos de exploração de recursos. Ela acontece desde a elaboração e assinatura dos contratos de concessão com as empresas, a colecta e canalização dos impostos e outros benefícios que provem da exploração de recursos, assim como o pouco envolvimento das comunidades locais na definição das suas prioridades de desenvolvimento na base dos recursos colectados.

Lamentou informando que muitas das fases do projecto de gás de Pande e Temane já foram ultrapassadas e pouco pode se fazer para reverter o cenário, mas o Governo tem que melhorar a questão da **transparência na colecta, alocação e gestão dos impostos provenientes desta actividade, melhorar o envolvimento das comunidades locais na definição de prioridades para se aplicar os recursos provenientes das exploração do Gás, e também trabalhar constantemente com a empresa Sasol para que melhore o seu desempenho, respeitando as demais leis e regulamentos atinentes a exploração de Gás**. Neste aspecto referenciou-se muito a questão da responsabilidade Social, observância rigorosa do reassentamento condigno.

A semelhança de como o Governo deve envolver a comunidade local, a Sasol também deve seguir o mesmo exemplo envolvendo bem as comunidades locais nestes processos.

Mais uma vez nesta apresentação também foi vincada a necessidade de termos as comunidades e a sociedade Civil local muito bem representadas nos principais fóruns de consulta e tomada de decisão (**Fóruns locais, Conselhos consultivos, Fóruns de emprego, Comité de Parceria do ADL, Fórum de distrital de monitoria de desenvolvimento, e muitos outros espaços que existentes ou que pretender se criar**).

Na última estância pretendia-se dizer que a forma de evitar conflitos é fazer sentir um impacto socioeconómico positivo da exploração do gás natural na vida das comunidades locais.

Processo de planificação distrital e projectos implementados no âmbito dos 2,75%

A apresentação foi de carácter informativa, e não suscitou muitos debates pois a Secretaria Distrital de Inhassoro já veio ao público por inúmeras vezes falar sobre este assunto. Foi uma apresentação feita pelo Secretário Permanente Distrital.

Durante a sua apresentação falou do processo de planificação anual que inicia pela consulta aos fóruns locais, depois passa para os conselhos consultivos das Localidades, mais tarde ao Postos Administrativos e por fim ao Conselho Consultivo do Distrito.

As prioridades são definidas a partir da base e em função da disponibilidade dos recursos elas são filtradas a medida que se sobe até ao posto Administrativo. O Conselho Consultivo do Distrito, faz a apreciação final e sua aprovação, de acordo com a comunicação sobre a disponibilidade do orçamento que é feita pelo Governo Central.

Depois da aprovação, a informação volta pelos mesmos canais até aos fóruns locais.

Este processo inicia no terceiro trimestre de cada ano e termina em Fevereiro no ano seguinte.

Quanto aos 2,75% também segue-se os mesmos passos, embora não acontece em simultâneo com a planificação geral, pois, este fundo vem acrescer aquilo que é o fundo do Orçamento Geral do Estado. Depois de aprovada os financiamentos, ele é anexo ao fundo do OGE e juntos fazem o Plano Económico Social e Orçamento do Distrito-PESOD.

Quanto aos projectos dos 2,75%, foi esclarecido que desde a instituição deste fundo, foram financiadas infraestruturas sociais a nível das comunidades, onde, foram construídas e reabilitadas fontes de água, construção de alpendres comunitários, reabilitação da rádio comunitária de Inhassoro entre outros.

Mais uma vez o debate singiu-se na questão de participação comunitária e transparência na gestão do fundo, e por unanimidade conclui-se que nos últimos anos tem havido melhorias no processo, e encoraja-se o governo a continuar a aprimorar o envolvimento das comunidades na definição de prioridades.

Também conclui-se por unanimidade que embora exíguo, o fundo dos 2,75% tem estado a contribuir positivamente para a melhoria das condições sociais das comunidades locais, principalmente na componente de abastecimento de água.

2,75% Colecta e alocação aos distritos

O tema estava a cargo do CIP, porem houve concertações com ACOORD para que fosse ela a apresentar. Para tal os técnicos do CIP e da ACOORD tralharam em conjunto na preparação da apresentação, pois a ACOORD mostrou não ter domínio desta matéria. O CIP tendo em sua posse vários estudos realizados sobre esta matéria, mostrou ter conhecimentos profundos sobre o processo, daí a necessidade de ser ele a liderar a preparação da apresentação.

Coube a ACOORD simplesmente fazer a apresentação, em função do material disponibilizado pelo CIP.

O objectivo da apresentação foi de mostrar aos campistas o quanto os Governos distritais de Inhassoro e Govuro são lesados, pelo facto de o Governo central não ter canalizado o que deveria aos mesmos.

A apresentação mostrou que as comunidades de Pande e Maimelane foram lesadas em **51,10 milhões de maticais**, valor que o Ministério das Finanças deixou de transferir para os Governos de Inhassoro e Govuro. Este valor em prejuízo para as comunidades e seus Governos Distritais pode ser reclamado, pois experiências existem de ter acontecido em algumas comunidades na província de Tete.

Nos debates, a sociedade Civil mostrou-se aberta para colaborar com o Governo de Inhassoro para juntos tentarem uma acção para recuperar o valor perdido, pois ele poderia ajudar a ultrapassar muitos problemas que o distrito enfrenta por insuficiência de fundos. Percebe-se que o Governo local não teria força suficiente para revindicar o valor perante ao Ministério das finanças, e que querendo o Governo distrital, as OSC locais coligadas a outras OSC de nível Nacional como o CIP, CDD, UNAC e mais podem o fazer junto do Ministério das Finanças.

Implementação dos ADLs, ligado a formação de jovens para o empreendedorismo

Este tema foi de carácter informativo, foi apresentado pela GIZ. Pretendia-se com o tema dar a conhecer a sociedade Civil sobre as realizações desta entidade enquanto um parceiro especializado da SASOL na implementação do ADL na componente empoderamento económico.

Achamos importante o tema para o acampamento, tendo em conta que esta componente pode ter um papel importante naquilo que seria satisfação de uma das grandes necessidades que os jovens das zonas de exploração de gás tem (emprego ou autoemprego) que nos últimos tempos tem sido uma das razões por de traz dos conflitos que tem-se registado entre a comunidade local e a SASOL.

Foi importante perceber que a GIZ está em momento de treinamento de jovens em várias áreas, incluindo a do empreendedorismo. Se espera que futuramente os jovens em capacitação serão financiados para desenvolver os seus negócios. Outro sector em que estão sendo treinados os jovens e sobre a produção de ovos e culinária.

Em todas áreas onde estão sendo treinados, espera-se que sejam financiados até 150 jovens em todo o distrito.

Algumas observações foram feitas principalmente pelos líderes comunitários, pois apesar de terem agradecido pela iniciativa, dizem que já faz muito tempo que as capacitações estão a decorrer, e que o prazo para a implementação do ADL também está a se esgotar. Outro aspecto repudiado pelos líderes comunitários é sobre a seleção dos jovens que participam das capacitações, pois os mesmos líderes não tem sido informados sobre o processo, e muito menos conhecem os critérios usados para a seleção dos beneficiários, e aconselham que se melhore para evitar conflitos futuros.

Outro comentário feito foi de que a conferência sobre alternativas ao emprego realizada no ano 2021 produziu ideias importantes que a Sasol e seus parceiros devem tomar em consideração para aumentar a capacidade de autoemprego principalmente as camadas jovens, o que de certa forma poderá reduzir os conflitos existentes entre as comunidades e a Sasol.

Direitos Humanos da pessoa vivendo com HIV, situação actual do distrito de Inhassoro

A Associação Lamulelane coadjuvado com os Serviços Distritais de Saúde de Inhassoro, na pessoa do Medico Chefe, fez uma apresentação do tema, que também teve o caracter informativo e de sensibilização. A apresentação baseou-se nos direitos e deveres das pessoas vivendo com esta problemática, que para a maioria dos campistas não eram do seu domínio. Foi para o efeito apresentada vários artigos ***da Lei nr 19/2014, Lei de Proteção da pessoa, do trabalhador do candidato ao emprego vivendo com HIV e SIDA.***

No momento dos debates ficou evidente que tanto a sociedade, os portadores do Vírus HIV e os funcionários da Saúde, viola sistematicamente a lei, ao não cumprir com os deveres. Algumas vezes nota-se que é por desconhecimento

da lei mas a maior parte das vezes, é mesmo de forma deliberada, principalmente para os funcionários de Saúde.

Constatou-se que nada ou pouco se faz com as pessoas seropositivas que de forma deliberada transmitem o vírus a outras pessoas. Neste especto, apela-se as autoridades competentes para que melhorem o seu desempenho, pois há evidências de pessoas que cometem essa prática de forma deliberada, e que andam a solta.

Aos funcionários da Saúde os SDSMAS de Inhassoro afirma que, tem se dado sanções administrativas para aqueles que divulgam o estado serológico de alguém sem consentimento do mesmo. Porém é necessário que as sanções vão para além de processos administrativos para desencorajar tais actos.

u) Intercâmbio de troca de experiências com AJPD

A ACOORD recebeu no mês de Julho uma visita que veio de Angola para fazer um intercâmbio de troca de experiências, entre as comunidades de Temane afectadas pela exploração de gás natural, e representantes de algumas comunidades de Angola também afectadas pela exploração de recursos como os diamantes e outros minérios.

São comunidades beneficiárias de um projecto implementado pela AJPD, uma organização da sociedade civil de Angola, que vem fazendo assistência jurídica as comunidades vítimas de algumas injustiças feitas pelas empresas mineradoras.

Como representante das comunidades de Angola estiveram presentes 3 régulos de comunidades diferentes, que pretendiam colher a experiências das comunidades de Temane na matéria de defesa dos seus direitos no âmbito de exploração de gás de Temane. Faziam-se acompanhar por 4 técnicos da AJPD, os quais também trocaram impressões com ACOORD, que esteve representada por 3 técnicos. No total participaram no evento 10 pessoas das quais 3 mulheres.

A visita durou apenas 2 dias, sendo que interagiu com secretariado do FOSCI, Comunidades locais representado pelo Comité de Desenvolvimento Comunitários de Maimelane-CDCM e visitou os reassentamentos (antigo de 2004, reassentamento provisório, e reassentamento novo), onde também interagiram com os beneficiários das casas.

Conversaram com os membros do CDCM para perceber como tem sido a batalha que enfrentam para ver seus direitos repostos, os desafios da sua luta, como tem interagido com a Sasol e o Governo local. Pretenderam saber do CDCM, qual foi a fonte de aquisição de tanto conhecimento que lhes leva a conduzir a batalha de defesa dos direitos das comunidades; e quais são os

ganhos que as comunidades alcançaram em particular os membros do CDCM como activistas na luta pelo direito das comunidades?

Os membros do CDCM afirmaram que as injustiças vem acontecendo desde a implantação da Sasol naquela parcela do país, pois várias promessas feitas em 2004 não estavam sendo fielmente cumpridas. As comunidades por falta de conhecimento sobre os seus direitos assistiam as injustiças como se fossem algo normal. Com a chegada da ACOORD em 2016 para implementar o projecto Oil for Development, financiado pela APN, as comunidades locais receberam capacitações de tal maneira que elas despertaram.

Com o despertar iniciaram uma luta para ver seus direitos repostos, e reduzir o cometimento de outras violações. Afirmaram que não está sendo fácil, mas algo está a mudar em benefício das comunidades locais. Hoje em dia as comunidades locais já são reconhecidas pela Sasol, e já participam de fóruns para tomarem decisões sobre as prioridades de desenvolvimento das suas comunidades.

Falaram das violações ocorridas no passado, desde o reassentamento mal feito, dificuldades de acesso as oportunidade de emprego para os nativos, a poluição do meio que implica negativamente na actividade agrícola, insuficiência de água potável, unidades sanitárias sala de aulas e mais.

Actualmente com a luta que tem vindo a enfrentar, alguns aspectos estão a conhecer melhorias, começando pelas oportunidades de emprego para o nativos, provisão de fontes de água, salas de aula, unidades sanitárias, centros de formação profissional para se formar em áreas que lhes facilite ter acesso ao emprego nos projectos da Sasol, unidades sanitárias e mais.

A luta não terminou porque ainda existem aspectos que precisam ser melhorados, até que as comunidades locais se sintam realmente beneficiadas pelo projecto de exploração de gás.

Os representantes das comunidades de Angola relataram que os problemas vividos em Temane são similares com os que enfrentam em Angola, pois os governos ainda não tem muita experiência na matéria de exploração de recursos naturais, e as empresas tem muito domínio sobre o assunto e que facilmente influenciam negativamente aos Governos, por um lado, mas por outro existe alguns governantes que agem de ma fé, colocando interesses próprios acima de tudo.

Os visitantes ficaram impressionados com os resultados que as comunidades tem estado a conquistar e incentivaram a continuar com a luta até que os direitos sejam efetivamente respeitados.

v) Apoiar a realização do primeiro Observatório de Desenvolvimento de Inhassoro

A 15 de Dezembro de 2022, realizou-se o Observatório de Desenvolvimento de Inhassoro, dirigido pelo Governo Local encabeçado pela Excelentíssima Senhora Administradora do Distrito de Inhassoro, com o apoio da ACOORD e do Secretariado do FOSCI.

Participaram do encontro 106 pessoas dentre elas 22 mulheres. E estiveram presentes no encontro representantes de Organizações da Sociedade Civil de Inhassoro, ONGs que trabalham no distrito, representantes das comunidades locais, líderes comunitários e religiosos, agentes económicos e investidores locais, chefe das localidades, postos administrativos, o Governo do distrito de Inhassoro, e representante da Direcção Provincial de Plano e Finanças.

A reunião do observatório de desenvolvimento foi antecedida não só pelas reuniões preparatórias com o Governo local, mas também por um trabalho de campo liderado pela Sociedade Civil de Inhassoro. O trabalho de campo caracterizou-se pela visita de infraestruturas instituições públicas para aferir a qualidade delas e dos serviços neles prestados.

Neste contexto, foram visitados:

- ☐ Centro de Saúde de Mangungumete;
- ☐ Posto de Saúde de Macovane;
- ☐ Centro de Saúde Inhassoro Sede;
- ☐ Centro de Saúde de Temane
- ☐ Famílias no reassentamento provisório e definitivo;
- ☐ Fontes e sistema de abastecimento de água;
- ☐ Mercado de Peixe da Vila Sede de Inhassoro;

Após as visitas de colheita de evidências, foi produzido um posicionamento, com constatações, recomendações e acções de seguimento. Este documento foi apresentado na reunião do observatório, como um posicionamento da sociedade civil de Inhassoro

Apresentação do posicionamento da sociedade civil

Durante o trabalho de campo, foram visitadas infraestruturas sanitárias, de água e saneamento, habitações no âmbito do reassentamento e o mercado de peixe. Durante as visitas foi se aferindo a qualidade das obras, o estado actual das infraestruturas e a qualidade dos serviços nelas prestados, através de interação com funcionários, utentes, beneficiários das fontes e água e das casas. Foram captadas imagens para que servissem de evidências do que foi visualizado.

Constatações feitas indicam ser crítico o sector de Saúde. Todas as unidades sanitárias do distrito apresentaram problemas similares, dos quais destacaram-se os seguintes:

- ☐ Água sem pressão, causada pela avaria da bomba;
- ☐ O tecto da enfermaria danificado;
- ☐ Portas e janelas sem redes de proteção de mosquitos;
- ☐ Casa mãe espera sem condições de habitação;
- ☐ Falta de partogramas na unidade sanitária (estes problemas constatamos em todas as unidades sanitárias do distrito, visto que é um problema a nível provincial);
- ☐ Falta de redes mosquiteiras e lençóis em condições precárias;
- ☐ Falta de transporte para brigadas móveis;
- ☐ Falta de clareza no pagamento de subsídios de turnos (com a entrada em vigor da Tabela Salarial Única);
- ☐ Falta de uniformes (usam batas da formação);
- ☐ A farmácia regista boa resposta de receita;
- ☐ Morosidades no atendimento, principalmente no TARV;
- ☐ Os técnicos passam maior parte do tempo ao celular, nas horas normais de trabalho.

Visitou-se algumas casas de reassentamento provisório em Mangungumete. Conversou-se com as famílias reassentadas naquelas condições. Soubemos de uma família entrevistada que estão há 4 meses naquelas condições, aguardando uma casa definitiva. Segundo a família faltam mais 4 meses, uma vez que a promessa foi de 8 meses para a recessão da nova casa.

Segundo aquela mãe disse-nos que tem 2 filhos crescidos com quem partilhava o mesmo quarto, recordou que na casa anterior os 2 filhos tinham suas palhotas, durante a conversa ela revelou que o rapaz fez a sua palhota tendo ficado a menina maior de 18 anos que dorme no mesmo quarto, segundo ela tudo está bem apenas essa situação lhe aflige.

Também mostraram-se satisfeitas porque assinaram um contrato sobre o processo de reassentamento, onde nele constam todos os dados úteis sobre o processo de reassentamento e das indemnizações. No que refere às indemnizações, as famílias receberam valores que partem de 300 a 350 mil meticais por família, referentes às indemnizações como:

- ☐ Subsídio de infraestrutura auxiliares;
- ☐ Subsídio de perda de machamba;
- ☐ Subsídio de perda de árvores de fruta;
- ☐ Subsídio de mudança;
- ☐ Subsídio de distúrbios;
- ☐ Subsídio de cesta básica;

□ Subsídio cultural.

Para as famílias no reassentamento provisório, o valor está sendo pago em prestações que serão de 4 fases. A primeira fase pagou-se quase que 80% do valor, e a última será paga na altura de mudança para a casa definitiva.

No que tange ao reassentamento definitivo, o valor das indemnizações já foi pago na totalidade, e as seis famílias beneficiárias receberam casas do tipo 3. São casa condignas, com 3 quartos, sala de visita, sala de estar, casa de banho interna e outra externa, cozinha interna e externa, água canalizada e com energia eléctrica fornecida a base de painéis solares. Conversando com as famílias beneficiárias, elas mostraram-se muito felizes com as novas casas.

A sociedade civil também apresentou aquilo que foi constatado na visita as infraestruturas de abastecimento de água. O sector de abastecimento de água no distrito de Inhassoro, esta saudável. Com efeito visitou-se o sistema de abastecimento de água, no povoado de Vulanjane em curso, um projecto de grande relevância para a comunidade daquele povoado, a obra está bem avançada, e foi com muita satisfação que as OSC testemunharam isso.

Na vila sede do Distrito, o sistema de abastecimento de água recentemente inaugura pelo presidente da República de Moçambique, é um grande ganho para as comunidades, e um esforço enorme do governo do distrito, tendo reduzido a distância que a comunidade percorria na busca do precioso líquido.

Apresentou-se no posicionamento a situação do mercado de peixe, onde constatou-se que o interior do mesmo nota-se o crescimento de árvores, capim, e, estando no centro da vila deixa um mau aspecto. O estado de abandono em que se encontra neste momento, as entradas estão bloqueadas, e pode incubar malfeitores e ladrões, e até tornar - se balneatório público.

No que diz respeito a pavimentação das ruas da vila, verificou-se o início de obras do processo de reparação e pavimentação das principais ruas da Vila. E nesta fase, está-se trabalhando pavimentando 200 metros dos 800 metros previstos.

A sociedade civil apreciou com muito agrado este projecto, e embora na fase inicial há muitas expectativas de que ele venha a melhorar de forma significativa a imagem da vila de Inhassoro.

Diante das constatações levantadas no terreno, a sociedade civil deixou ao executivo local algumas sugestões para sua apreciação, nomeadamente:

- Reabilitar as unidades sanitárias (portas, janelas, cobertura, pintura etc) e adquirir equipamentos hospitalares que facilitem o trabalho do pessoal técnico;
- A separação dos serviços confidenciais dos outros, tais como assistência social e planeamento familiar;

- Reabilitação dos sistemas de abastecimento de água nas unidades sanitárias; reabilitação de balneários na unidade sanitária de Macovane que actualmente estão fechadas;
- Melhoramento no atendimento dos pacientes, pois eles permanecem muitas horas nas filas;
- Reabilitação do sistema eléctrico e aquisição de geradores para minimizar os cortes constantes de corrente da rede pública.
- Reforçar a disponibilidade de fármacos nas unidades sanitárias, pois apenas só se encontra com facilidade o paracetamol.
- No que diz respeito o reassentamento, a sociedade civil quer recordar ao Governo que faltam apenas 4 meses para terminar o prazo do reassentamento provisório, e ainda não foi iniciada a construção das cerca de 32 casas que as famílias esperam para o reassentamento definitivo. Neste contexto recomendamos ao governo que pressione a empresa para flexibilizar a construção das casas.
- Ao mercado de peixe, sugerimos que o governo faça a entrega da obra a comunidade porque está a ficar cada vez mais degradada.

Diante das constatações feitas e partilhadas com o governo no Observatório de Desenvolvimento, houve por parte do governo uma concordância e assunção dos factos apresentados e que são realmente problemas que existem.

Na pessoa da Excelentíssima Senhora Administradora do distrito, ela agradeceu a sociedade civil por ter trazido estes factos ao debate e prometeu trabalhar com seu executivo para melhorar a acção governativa local.

O governo local reuniu-se de emergência logo após a realização da reunião do observatório. Queremos acreditar que o objectivo da reunião foi para fazer o balanço, e discutir com os titulares dos sectores que apresentaram problemas as soluções para os mesmos. Infelizmente foi uma reunião na qual a sociedade civil não foi convidada a participar, mas queremos acreditar que algumas orientações foram deixadas pela Excelentíssima aos titulares dos sectores problemáticos.

Apresentação do balanço do terceiro trimestre do PESOD 2022

O balanço foi apresentado por um técnico da Secretária distrital de Inhassoro, o qual falou das principais realizações em cada sector.

Dentre várias acções reportadas importa-nos referir que a componente dos 2,75%, a que mais importou a ACOORD neste evento também foi apresentada. De acordo com as informações partilhadas, deram conta de que durante o ano foi realizado com este fundo os seguintes projectos:

- Reabilitado com sucesso a revisão geral do Pequeno Sistema de Abastecimento de água do Posto Policial de Mangungumete e a expansão do mesmo ate ao mercado local;
- Reabilitado com sucesso o sistema elétrico do Centro de Saúde de Temane, com recurso ao sistema fotovoltaico;
- Construídos 8 furos e equipados com bomba manual nos povoados de Vulcanjane, Cachane, Buxane, Matsanze zona A, EP1 e 2 de Nguenhane, Chimajane, Lichau/Munguebene.

A apresentação feita pela Secretaria Distrital de Inhassoro, para além de enumerar os projectos realizados, trouxe dados em termos de orçamento gasto para cada projecto.

De acordo com o orçamento apresentado no início do ano aquando da aprovação dos projectos, comparado com o que foi gasto, existe uma conformidade de dados o que tornou-o muito credível aos olhos da Sociedade Civil e das comunidades locais.

Os representantes das comunidades locais que participaram no evento, já tinham observado no terreno as os projectos concluídos, ao que não criou dúvidas e muito menos perguntas sobre o assunto.

Em termos de qualidade das obras os mesmos não viram nada que lhes alarma embora precisarem de mais um tempo para aferir a mesma.

As comunidades locais e a sociedade civil, ficaram satisfeitos com a informação prestada pelo governo, tanto que não houve muitos questionamentos muito menos recomendações.

Reação do governo local

Logo após a reunião do Observatório do Desenvolvimento, o Governo local teve uma reunião de emergência, supostamente para analisar os dados partilhados pela sociedade civil através do posicionamento apresentado. São escassas informações da referida reunião, porém tomamos conhecimento que a mesma foi realizada na noite do mesmo dia, sobe presidência da Excelentíssima senhora Administradora do Distrito de Inhassoro.

Não esteve ninguém da comunidade ou da sociedade civil ao tal encontro, mas acreditamos que devidos as evidências que a sociedade civil partilhou, que não são positivas principalmente no sector de saúde, e sobre o mercado local, queremos acreditar que os representantes do sector foram dadas orientações claras para inverter a imagem do sector trazida pela sociedade civil local.

Conclusões

O primeiro Observatório de Desenvolvimento do distrito de Inhassoro foi um sucesso, apesar de não ter sido preparado com muita antecedência. É um exercício importante que havendo condições deveria ser realizado anualmente.

A reunião permitiu que o executivo local visse a importância de ter uma sociedade civil organizada, principalmente quando conseguiu trazer um posicionamento que reflete a realidade do distrito, nos sectores visitados.

Recomendações

A ACOORD, Sociedade Civil Local e seus parceiros, devem apostar muito em realizar ou financiar reuniões de Observatórios de Desenvolvimento porque são um bom instrumento de monitoria, principalmente para aferir o uso dos fundos relacionados com os 2,75% e outros do sector da Indústria Extractiva.

Para mais e melhor monitoria, temos que nos apropriar do processo e tomarmos o protagonismo necessário, porém temos que ter sempre o governo local por perto, seja na planificação, preparação e realização do evento.

5. PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Neste capítulo temos que destacar o papel dos representantes dos vários grupos sociais e os membros do CDCM, membros das organizações da sociedade civil de Inhassoro com particulado destaque ao conselho direção do FOSCI. Todos estes actores consideramos beneficiários do programa, e tiveram um papel muito importante dando o seu contributo para que os objetivos do programa fossem atingidos.

Participaram em várias campanhas de advocacia, sobre algum direito que estava sendo violado seja pela Sasol e pelo Governo local, participaram na produção de petição que foi submetida a assembleia provincial de Inhambane, na produção de dois posicionamentos: primeiro sobre a as penumbras em torno do ADL e outro sobre a necessidade de se prestar mais atenção em acções que gerem autoemprego financiados pelo ADL.

As comunidades e o FOSCI também tem estado a participar das reuniões do comité de parceria do ADL onde deixam ficar as suas opiniões e contribuições que visem melhorar a implementação do acordo, garantindo mais benefícios para as comunidades locais. Com o governo local, as comunidades participaram nas reuniões de monitoria dos 2,75% e nos debates radiofónicos sobre a matéria de gestão de recursos financeiros gerados pelo gás (ADL e 2,75%).

6. CONTRIBUIÇÃO DO GOVERNO

O governo da província de Inhambane e do distrito de Inhassoro, sempre estiveram a par das actividades do projecto, sendo que em algumas acções deram o seu contributo para o alcance dos resultados esperados.

Para as acções em que o Governo distrito foi alvo como por exemplo a melhorar a transparência na gestão dos recursos de 2,75%, houve uma boa colaboração do mesmo, tendo acatado algumas reclamações das comunidades locais e da sociedade civil, tendo envidando esforços em melhorar a transparência na gestão deste fundo.

O Governo local sempre aceitou os convites da ACOORD para participar em sessões onde partilhasse informação sobre a gestão dos 2,75%; passou a colaborar mais com as comunidades locais, ACOORD e FOSCI, convidando-os a participar nas reuniões do Comité de Parceria, ate pressionando a SASOL para aceitar algumas propostas trazidas pelas comunidades e Sociedade civil que visassem melhorar a implementação do ADL, como o caso de uso de alguns recursos do ADL para financiar iniciativas de autoemprego.

7. DIFICULDADES/CONSTRANGIMENTOS

O maior constrangimento verificado ao longo desta fase do projecto, foi a inacessibilidade da Sasol em aceitar os nossos convites para participar em algumas actividades por nos promovidas. Temos a citar o caso de não ter participado na conferência de emprego e no acampamento de reflexão sobre mecanismos de mitigação e mediação de conflitos. Apesar de não ter participado, nos eventos as recomendações produzidas, foram encaminhadas por a SASOL por meio de posicionamentos produzidos e assinados pelas organizações da sociedade civil.

Vivemos alguns momentos difíceis em trabalhar com o Governo local, sobretudo com a Excetíssima Senhora Administradora do distrito de Inhassoro, devido a uns maus entendidos e alguns procedimentos maus cometidos pela ACOORD no âmbito da sua atuação. Insistimos em buscar diálogo com as autoridades do governo e do partido Frelimo a nível do distrito, trazer alguns esclarecimentos sobre a nossa atuação, que culminaram com a produção de uma **nota de repúdio sobre uma eventual agenda da ACOORD de perturbar a ordem pública e de excitar a violência no distrito**, que fez com que as autoridades locais tivessem uma melhor perceção sobre o nosso real papel.

8. RESULTADOS

O maior resultado do projecto foi de se ter alcançado um acordo entre a Sasol, comunidades e o Governo local sobre a implementação de ações de responsabilidade social (ADL). Este acordo trouxe novas perfectivas para as

comunidades locais, atendendo que passaram cerca de 15 anos em que ações de responsabilidade social não tinham um instrumento que as regulasse.

Apesar do ADL ter sido assinado, constatou-se que não tinha muita clareza sobre muitos aspectos que inclui o orçamento do mesmo para o período proposto de 5 anos.

A inclusão das comunidades locais bem representadas (CDCM); inclusão do representante legítimo da Sociedade Civil (FOSCI), assim como a admissão da ACOORD nas reuniões do Comité de Parceria, é considerado um ganho muito importante para o projecto.

Assim o consideramos, partindo do pressuposto de que a participação destes actores é e continuará a ser uma boa estratégia de pressão directa sobre a Sasol para que haja uma transparência na gestão dos recursos do acordo, assim como para que sejam identificadas e implementadas acções concretas que tragam impacto positivo na vida das comunidades locais e do distrito de Inhassoro em geral.

A ACOORD conseguiu ter o Governo local representado em alguns eventos, onde o mesmo foi chamado a partilhar informações sobre a aplicação do fundo dos 2,75%, assim como alguns subsídios em torno do implementado ADL. Esta atitude louvável do governo permitiu que mais segmentos da sociedade civil e as comunidades locais tivessem esclarecimentos e domínio sobre aplicação deste fundo.

Outro grande resultado para o projecto, foi de conseguir organizar a comunidade local e sociedade civil de Inhassoro para que ela se aproprie das acções de monitoria dos recursos destinados as comunidades locais gerados pelo sector de gás.

9. IMPACTO DO PROJECTO

Acreditamos que o projecto gerou bons resultados, cujos irão gerar num futuro a médio e longo prazo um impacto na vida das comunidades locais e do distrito de Inhassoro no geral.

Neste preciso momento são poucas acções de impacto positivo na vida das comunidades, mas a empregabilidade nos projectos para os jovens local melhorada e o acesso das famílias às compensações justas no âmbito dos reassentamento pese embora algumas famílias ainda no reassentamento provisório, estão a contribuir na melhoria de condições de vida das famílias.

Não nos dispomos de dados para quantificar o impacto que esta sendo gerado a nível da vida dos jovens, mas acreditamos que com o processo contínuo de contratação de mão-de-obra local, teremos a medio prazo muitas famílias com

as suas condições de vida melhoradas nas comunidades locais e no distrito em geral.

Esperamos que quando iniciarem com os financiamentos de acções de empreendedorismos; financiamento às cadeias de valor de frango de corte; cadeia de valor de produção de ovos; cadeia de valor de hortícolas; e a de processamento, conservação e venda de pescado irá aumentar o número de famílias beneficiárias e por conseguinte melhorar a vida de centenas de cidadãos de Inhassoro.

10. DESAFIOS

Praticamente o projecto Oil for Development em parceria com Ajuda Popular da Noruega-APN já terminou. Apesar dos resultados animadores alcançados, persistem alguns desafios que acreditamos que com um trabalho continuado da sociedade civil local será paulatinamente ultrapassados. O maior desafio do projecto é de continua a influenciar a SASOL e o Governo Local a acatar as propostas apresentadas pelos jovens na conferência sobre oportunidades de autoempregos realizada em 2022.

Portanto a ACOORD em parceria com outras ONG nacionais e internacionais vai envidar esforços para continuar a exercer acções de lobby junto a SASOL, para que se efetive a ideia de financiar outros actores locais e as OCB para desenvolver os projectos propostos pela conferência de jovens e outros projectos paralelos ao ADL. Só assim é estaríamos a caminhar para alcance do verdadeiro desenvolvimento das comunidades locais, pois achamos que a SNV e GIZ, os actuais parceiros da SASOL na implementação do ADL precisão de ideias e intervenções de outros actores para melhor produzir resultados.

Para ACOORD como instituição, temos o desafio de continuar a buscar fundos de outros parceiros para dar continuidade das ações do projecto Oil for Development, e Peace Bulding.

11. RECOMENDAÇÕES

Ao governo local recomendamos que continue aberto para acolher ideias da sociedade civil e das comunidades locais, com vista a conquistar resultados cada vez melhores para a vida das comunidades locais

Que o governo continue interagindo e pressionando a Sasol para que melhor alguns aspectos na implementação do ADL.

No que diz respeito a gestão dos 2,75%, recomendamos ao governo para melhorar cada vez mais a participação comunitária e da sociedade civil nos conselhos consultivos, através da revitalização dos mesmos.

Inhassoro, 15 de Janeiro de 2023